

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2026

-- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, na sede do URDA - União Recreativo e Desportivo de Arranhó, Freguesia de Arranhó, pelas vinte e uma hora e dez minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos. -----

-- Presentes no início da reunião a Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro**, o Primeiro Secretário, Jorge Manuel Raimundo Ferreira e a Segunda Secretária, Sónia Cristina Ramalho Camilo -----

Presenças: -----

Deputados Municipais -----

- Sérgio Paulo Hipólito Agostinho -----
- Célia Catarina Pereira Lavado -----
- Rita Maria Matias Nunes -----
- Rui Miguel Tomé Moreira -----
- Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva -----
- José António dos Santos Parada -----
- Pedro Miguel Costa Lourenço -----
- Raquel Nuncio Fragoso Rodrigues de Carvalho -----
- Daniel Alexandre Fernandes Dias -----
- Maria José da Silva Duarte Antunes (em substituição de Luís Miguel Gonçalves Narciso por ter pedido suspensão de mandato até 4 de dezembro de 2026)-----
- Jorge Fernando Camilo Tenente -----
- Ana Cristina da Silva Pinto -----
- Paulo Alexandre Ferreira Pereira -----
- José Carlos Silva (em substituição de Ricardo Jorge Vicente Talixa) -----
- Teresa Maria Florindo da Silva Lopes -----
- Maria João Lourenço Tavares -----
- Miroslava Sciurov -----
- Matilde Pinto Paulino -----
- Fábio Miguel Romão Morgado - Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos -----
- Pedro Miguel Paulino Mateus - Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó -----
- Maria Ferreira Pereira - Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos ----
- Catarina Alexandra dos Santos Costa - Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas

Representantes da Câmara Municipal:-----

- O Presidente - Carlos Manuel Jorge Alves -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - O Vice-Presidente - Paulo César da Silva Pinto -----
- - A Vereadora - Rute Miriam Soares dos Santos -----
- - O Vereador - Joaquim Fernando Rodrigues Dinis-----
- - A Vereadora - Carla Teresa Munhoz Pinheiro -----
- - A Vereadora - Ana Sofia Saraiva Santa Marta-----
- - O Vereador - André Filipe Serreira Agostinho-----
- - A sessão foi secretariada pela Coordenadora Técnica Ana Isabel Amorim Mendes ---

INTERVENÇÃO DA PRPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- - Cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara e, na sua pessoa, todo o executivo, a mesa da Assembleia e todos os Deputados e Presidentes de Junta de freguesia, cumprimentou o público em geral. -----
- - De seguida agradeceu ao URDA - União Recreativo e Desportivo de Arranhó, pela disponibilidade das instalações para a realização de mais uma reunião da Assembleia descentralizada.-----

Notas introdutórias-----

- - Referiu que no passado dia nove de fevereiro, foi rececionado, um e-mail, da Iniciativa Liberal a comunicar uma alteração do enquadramento político dos deputados do Agrupamento de Cidadãos Juntos por Arruda, informando que os deputados Rita Nunes e Pedro Lourenço deixaram, a partir daquela data, de integrar o Agrupamento de Cidadãos Juntos por Arruda. -----
- - Assim sendo, passou a haver mais uma bancada e, em relação aos tempos, o anexo I do Regimento da Assembleia Municipal, teve que ser alterado, tendo essa alteração sido comunicada aos Líderes de Bancada na reunião de Líderes. -----
- - Referiu que se acrescentou, nos documentos para conhecimento, na ordem de trabalhos, a ata referente à eleição do Presidente da CCDR-LVT Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que decorreu no dia doze de janeiro, e que elegeu a Doutora Teresa Almeida, que visitou Arruda, ainda há poucos dias, no âmbito das intempéries. -----

Intervenção do público -----

Intervenção do munícipe Benjamim Pitacho-----

Piscina Municipal-----

- - Questionou qual o ponto de situação das obras na Piscina Municipal e quando é que está previsto voltar a abrir ao público. -----

Nova Farmácia em Arruda dos Vinhos-----

- - Gostaria de perceber em que situação está o processo de abertura de uma nova farmácia em Arruda. -----

Intervenção do munícipe Pedro Matos Carvalho-----

Agradecimento - Intempéries -----

- - Gostaria de agradecer a todos os agentes da Proteção Civil, a todos os Bombeiros, ao executivo, aos trabalhadores do município e voluntários que, nestes dias difíceis nunca abandonaram a população.-----

- - “O meu momento mais complicado, foi estar em casa sem luz com duas crianças pequenas.”-----

Arranjos no parque infantil da Louriceira de Cima-----

- - Referiu que no dia dez de novembro, numa reunião de Câmara descentralizada, já tinha falado sobre os problemas do parque infantil da Louriceira de Cima, nomeadamente da falta de higiene, a verdade é que passaram três meses e a situação está na mesma, ou mesmo pior, o que reportou na altura não foi resolvido.-----

- - Esta situação é persistente e permanece sem resposta, por parte do município. Uma boa parte do lixo e dejetos animais não são visíveis à superfície porque estão enterrados na areia, onde as crianças estão a brincar, onde elas colocam as mãos, onde caem e onde imaginam as suas brincadeiras.-----

- - Acha que uma limpeza superficial, mesmo que aconteça, não vai resolver esta questão, é necessária uma limpeza profunda, e uma limpeza adequada da areia, potencialmente, a remoção parcial ou total da mesma.-----

- - Gostava de deixar a seguinte pergunta: “É necessário serem os próprios munícipes a recolherem estes dejetos, porque o tempo passa, as coisas vão ficando cada vez piores e as crianças continuam sem espaço para brincar”. Acredita que a Louriceira Cima não seja um caso único no município, há mais parques infantis que recorrem à mesma solução e acha que a limpeza tem que estar assegurada se não, corre-se graves riscos de se ter um problema de saúde pública, no limite.-----

- - Na zona envolvente ao parque infantil, existe um ringue ao pé da antiga escola primária, e também se nota que há falta de manutenção, ou seja, as redes de arame estão cortadas, há lixo no chão, há plásticos e metais, mas as crianças têm que brincar e têm que passar por todos estes obstáculos, e está-se sempre à espera que acontece alguma coisa de grave.-----

Danos em paragem de autocarro-----

- - Assinalou, ainda, que na paragem de autocarro o topo da paragem saiu, agora com as intempéries, já não é a primeira vez que isso ocorre, das últimas vezes a população juntou-se e arranjou a paragem substituindo-se ao poder local. Questionou se essa situação já está referenciada e qual é que é a melhor forma de reportar, se ainda não estiver.-----

Campo de padel municipal-----

- - O campo de padel municipal que se encontra na freguesia de Arruda foi recentemente limpo, e isso é muito positivo, no entanto mais uma vez, essa limpeza demorou meses a ser executada. O campo estava completamente impraticável, estava

cheio de lama, cheio de folhas e era impossível alguém praticar padel ou qualquer atividade desportiva naquele campo, e isso decorreu durante muitos meses. -----

- - O que mais o preocupa é que esta trajetória de degradação do equipamento, é uma obra relativamente recente, em comparação, por exemplo, com o campo de ténis que está ao lado que julga ser muito mais antigo, mas o campo de padel está muito mais degradado e aquela prática desportiva, torna-se um pouco impossível. Sabe que existe, no município um clube de padel mas é privado. Cada vez existem mais praticantes e há interesse e potencial, por isso é preciso tentar perceber, para aquela infraestrutura, qual é o plano a médio / longo prazo, porque se não houver manutenção e se for feita uma limpeza a cada seis meses, vai continuar a degradar-se. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Piscina Municipal-----

- - Referiu que a Piscina Municipal está a ser intervencionada neste momento, de todos os cenários que havia, escolheu-se um que fosse mais célere, e pensa que em março ou abril ocorra o final da obra. -----

- - Uma vez que a piscina tem que estar fechada, aproveitou-se para fazer outro tipo de intervenções, relativamente a algumas questões que estavam por resolver. -----

Nova Farmácia em Arruda dos Vinhos-----

- - Referiu que o impulso é da responsabilidade do Infarmed, a única coisa que o executivo pode fazer é pressionar o Infarmed, e isso foi feito. Nunca se esteve tão perto de ter uma nova farmácia como agora. Está-se há espera da abertura do concurso e depois, é o mercado a funcionar e esperar que haja concorrentes para abrir essa nova farmácia que, todos os arrudenses tanto anseiam. -----

- - Pode acrescentar, que já teve alguns contactos, e pelo que se tem apercebido, há interessados para concorrer, agora é aguardar e esperar que tudo corra pelo melhor. -----

Intempéries e a falta de luz-----

- - Respondendo ao munícipe Pedro Carvalho e em relação à falta da rede elétrica durante as intempéries, referiu que foi um mal geral. Essa falha foi a primeira fase das intempéries no concelho, a reposição foi feita com o auxílio das empresas, nomeadamente na freguesia de Arranhó onde se conseguiu resolver porque conseguiu-se arranjar um gerador que injetou energia na rede pública e, face a isso conseguiu-se ajudar a e-redes que estava muito sobrecarregada do ponto de vista das respostas a nível nacional, aliás, ainda hoje há locais que não têm luz. -----

Limpeza dos espaços infantis na Louriceira de Cima-----

- - Em relação às questões que colocou, referiu que esse tipo de questões devem ser colocadas numa Assembleia de Freguesia e não numa Assembleia Municipal, porque a verdade é que o parque infantil, a paragem do autocarro, a limpeza destas infraestruturas, devido à transferência de competências, é da responsabilidade da Junta

de Freguesia, e uma vez que o Senhor Presidente da Junta está nesta Assembleia, pensa que tenha tomado boa nota das situações. -----

Campo de padel municipal -----

- - Esta sim é uma infraestrutura camarária que tem algumas características, nomeadamente o facto de ser uma estrutura não coberta, por isso existe essa dificuldade, devido aquilo que são as condições climatéricas que, neste momento, também têm sido diversas, mas as limpezas têm sido feitas. É uma infraestrutura que tem algumas características que fazem com que tenha de haver uma continuidade do ponto de vista da limpeza, mas que, obviamente, pela ação dos ventos e das árvores que estão próximas, vai havendo algum acumular de folhas e de outras situações que vão sendo trazidas pelo vento, mas também tem outras dificuldades, tendo referido que no verão, o vidro já estalou mais do que em uma ocasião devido às temperaturas elevadas. -----
Os serviços vão monitorizando, vão fazendo essas intervenções, e como referiu, e bem, é uma estrutura que tem bastante procura. Tomou boa nota do que disse, mas vai-se continuando a fazer essa limpeza constante, mas, obviamente poderá haver uma situação ou outra para que o espaço não esteja nas melhores condições. -----

Antes da Ordem do Dia -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Referiu que hoje se iri iniciar o PAOD - Período Antes da Ordem do Dia, de forma um pouco diferente, uma vez que o Senhor Presidente solicitou autorização para se passar um vídeo sobre o estado das vias no concelho. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

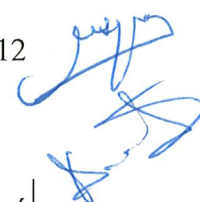
- - Tal como foi dito pela Senhora Presidente, está-se num enquadramento um bocadinho diferente do que é habitual. A situação é conhecida. Aquilo que está preparado para mostrar é o somatório de ocorrências, que são do conhecimento público, mas há que virar a página. O município tem tido alguma capacidade de resposta, mas pensa que é importante fazer um ponto de situação daquilo que é o início do virar de página, para as pessoas terem consciência daquilo que está a ser feito e que se está no terreno a tentar resolver as situações. -----

O vídeo é curto e serve para dar um cronograma e uma ilustração do que existia e aquilo que, entretanto, já foi feito e que é importante, porque havia situações muito complicadas para as pessoas e empresas, ou seja, havia toda uma atividade que estava comprometida, em termos de circulação e tínhamos todo um Concelho muito isolado. --

- - De seguida, passou o vídeo. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - “Fica o mote de “Reconstruir Arruda”, temos que fazer o luto, não é fácil, fomos todos afetados quer no abastecimento de água, quer na rede elétrica, quer toda a rede rodoviária, as escolas também chegaram a ter algumas dificuldades, mas temos que



fazer esse luto, temos que estar motivados e unidos, ser resilientes para aquilo que é uma situação que foi de calamidade e que tem que se fazer face a ela. -----

- - É claro que muito do que se viu no vídeo não são intervenções definitivas, a ideia foi, de uma forma imediata e urgente, dar alguma capacidade às populações para voltarem a uma possível normalidade, as empresas também estavam muito afetadas, porque tinham muita dificuldade no escoamento dos seus produtos, o tecido económico estava a ser muito afetado e isso teve uma interferência naquilo que era a sua capacidade financeira e a sua robustez financeira, nomeadamente, na freguesia de Arranhó, houve algumas dificuldades e, algumas dessas empresas, tiveram que articular com a Proteção Civil para poderem escoar os seus produtos, porque tinham produtos perecíveis, ou seja, havia todo um conjunto de situações que eram muito urgentes em termos de intervenção para poder haver circulação rodoviária, e foi isso que se fez. -----

. . Quero dar uma palavra de agradecimento às empresas que tiveram uma articulação de proximidade muito grande com o município, sem elas não se tinha conseguido fazer estas intervenções, um agradecimento também à Força Aérea, à Escola de Armas de Mafra e ao exército que também teve uma intervenção e que mostrou algumas soluções. Obviamente, como devem calcular, nada disto é gratuito, portanto, houve um encargo maior que se teve com materiais, alimentação e combustíveis, tudo isso agora faz parte de um caderno de encargos que ainda não está fechado, há muitas situações que ainda estão a decorrer, se se for à Variante de A-do-Mourão os deslizamentos ainda continuam, de forma acentuada, sempre que se vai lá fazer a monitorização verifica-se que a situação é diferente da última vez que nós lá estivemos, portanto, são situações que se vão agudizando. -----

- - Quero dar nota que tudo o que foi feito foram intervenções rápidas, cuja celeridade se deveu àquilo que era uma necessidade urgente, porque as vias tinham que ficar circuláveis, agora vai se entrar numa segunda fase, com este novo enquadramento que nos irá permitir, relativamente aquilo que é o Decreto-Lei para situações mais robustas, mas muitas destas situações exigem uma avaliação geotécnica muito profunda o que faz com que não nos possamos precipitar, é preciso repor a situação, mas de uma forma melhorada, com sistemas de drenagem, com enrocamentos muito mais profundos, tendo dado o exemplo do que se passou na Carvalha, na Variante de A-do-Mourão, e já nem falo naquilo que foi o mais emblemático nestes dias de tragédia, que é a Estrada do Lapão, e estou-me só a restringir àquilo que são estradas municipais, mas depois também há as Estradas Nacionais, ou seja, a cento e quinze que já foi visitada pelo Presidente das infraestruturas de Portugal que, se comprometeu a dar prioridade e incluir nesse pacote a Nacional duzentos e quarenta e oito, direção Sobral de Monte Agraço, que tantos problemas nos traz, porque quando chove muito fica intransitável,



mas é preciso ter a consciência que, em termos de gestão de expectativas, são situações que irão ser morosas, porque essa avaliação que é difícil e complexa tem que ser feita pelo LNEC que já esteve no território por várias vezes para fazer essa avaliação muito preliminar, mas no que diz respeito, por exemplo, à Estrada Nacional cento e quinze, e mesmo havendo esse compromisso e essa prioridade que nos foi dada e confirmada, é preciso perceber que vai demorar, por isso é preciso ter alguma paciência com aquilo que são as pressões necessárias por parte daquilo que é a diplomacia institucional na ligação entre as infraestruturas de Portugal e o Município, temos que ter consciência que estas questões são demoradas.-----

- - Voltando às estradas municipais, quando se vai à Carvalha e se vê lá aquelas duas crateras, percebe-se que aquilo não vai ser fácil resolver, a mesma coisa se diga com a Estrada do Lapão que é uma zona onde parece que houve atividade sísmica. -----

- - Quer referir que tem havido um sentimento de união, e têm estado todos alinhados, independentemente daquilo que são as divergências políticas, o que é de saudar, porque estamos todos para “Reconstruir Arruda”. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - “Exmos. Membros da Mesa, -----

- - Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

- - Caras e Caros Vereadores, -----

- - Caros Membros da Assembleia, -----

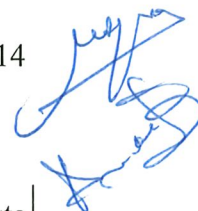
- - Cara e Caros Presidentes das Juntas de Freguesia, -----

- - Caros munícipes. -----

- - É com um sentimento de profunda responsabilidade que dou início a esta sessão da Assembleia Municipal. Quis o calendário que nos reuníssemos hoje aqui, em Arranhó, o que assume para mim um significado muito especial. É a terra onde nasci e onde resido, e estar nesta casa, perante os meus vizinhos e conterrâneos, reforça o compromisso que assumi com todo o nosso Concelho. -----

- - Não podemos, porém, iniciar os nossos trabalhos sem uma palavra de profunda solidariedade em relação aos acontecimentos que têm marcado Arruda dos Vinhos nos últimos tempos. O nosso Concelho tem sido testado na sua resiliência e na sua capacidade de superação. São momentos exigentes que requerem de todos nós, eleitos e cidadãos, uma união que saiba estar à altura dos desafios que se nos colocam. -----

- - Gostaria, por isso, de expressar um profundo agradecimento a toda a nossa população. A coragem, a determinação e a resiliência demonstradas pelos arrudenses no decorrer destes episódios críticos foram admiráveis. Perante a adversidade, o nosso povo mostrou que não se verga, mantendo uma dignidade que nos orgulha a todos. -----



- - Neste contexto de superação, quero também associar-me, em nome desta Assembleia, ao Voto de Louvor aprovado pela Câmara Municipal, estendendo o meu reconhecimento a todos os intervenientes diretos que estiveram no terreno. Aproveito ainda para enaltecer a criação da "Equipa de Missão: Reconstruir Arruda", um passo fundamental para coordenar a recuperação do que foi afetado. -----

- - É com regozijo que registamos a inclusão de Arruda dos Vinhos, e agora todo o território continental, no Estado de Calamidade. É o reconhecimento institucional da gravidade da situação que vivemos. Contudo, permitam-me uma nota de prudência: olhamos com algum ceticismo para o futuro do Plano Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR) e para a agilidade com que estes apoios chegarão efetivamente ao terreno. Estaremos vigilantes para garantir que as promessas se traduzam em soluções concretas. -----

- - Estar em Arranhó nesta noite serve para nos recordar que a força de Arruda dos Vinhos reside na identidade de cada uma das suas freguesias e na solidariedade que nos une a todos. O espírito de entreaajuda que aqui sentimos é o mesmo que define o caráter de todo o povo arrudense: uma gente que não baixa os braços perante a adversidade e que sabe cuidar dos seus.-----

- - Que o espírito de trabalho e a determinação que nos caracterizam guiem os trabalhos desta Assembleia. Estamos aqui para servir as pessoas e para garantir que, perante as contrariedades, nenhum munícipe, de qualquer ponto do nosso território, se sinta desamparado. A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, foram afetados pelos recentes acontecimentos em todo o Concelho, deixo o meu abraço fraterno e o compromisso de que esta Assembleia continuará a ser o garante da defesa do bem comum e do futuro da nossa terra.” -----

INTERVENÇÃO DO SÉRGIO AGOSTINHO -----

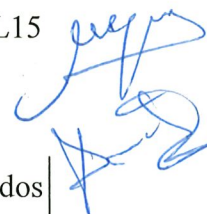
Voto de louvor-----

- - “Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 15.º, n.º 2, alínea c), do Regimento da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, propõe-se a aprovação do seguinte Voto de Louvor, por parte do Grupo Parlamentar – Juntos Por Arruda. -----

- - As recentes intempéries que assolaram o país tiveram particular impacto no concelho de Arruda dos Vinhos, originando constrangimentos severos às populações, designadamente a ausência de fornecimento de energia elétrica e de água, danos em habitações e infraestruturas, queda de árvores e significativa destruição das vias municipais e nacionais. A resposta a esta situação exigiu uma mobilização de todas as entidades, de forma a dar uma resposta coordenada. -----



- - “A senhora presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caro público.-----
- - Independentemente das intempéries, gostaria também de dar importância ao Dia Internacional da Mulher que se está a aproximar.-----
- - É uma data da luta pela emancipação social, pela igualdade de direitos e pela dignidade das mulheres.-----
- - Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal saúdam todas as mulheres do nosso concelho que contribuem para o desenvolvimento da nossa comunidade. -----
- - Destacamos a sua participação ativa na vida local, reconhecemos particularmente as trabalhadoras do município, das freguesias que, nas mais variadas áreas dos serviços urbanos à educação, da Cultura ao atendimento público, asseguram o funcionamento dos serviços públicos. -----
- - Saudamos igualmente as eleitas nos órgãos autárquicos cujo contributo é indispensável à vida democrática. -----
- - Desde 1910, esta data representa a luta das mulheres em todo o mundo pelos seus direitos, pela justiça social e paz. -----
- - Em Portugal mesmo quando a sua celebração era proibida, muitas mulheres fizeram deste dia um símbolo da resistência ao fascismo, de luta por melhores condições de vida, por liberdade e por direitos.-----
- - Desde 1975, a primeira comemoração em liberdade, até hoje, esta data afirma-se como o momento da reflexão e de exigente pela igualdade efetiva no trabalho, na família e na sociedade. -----
- - Apesar dos abaixo, alcançados, persistem as desigualdades estruturais, as mulheres continuam a enfrentar diferenças salariais para cada idade laboral, dificuldades acrescidas na conciliação entre o trabalho e vida familiar bem como sobre a carga de trabalho não remunerado. Estas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes no contexto no elemento do custo de vida. -----
- - Continúa-se a verificar graves problemas sociais como formas da violência contra as mulheres, que exigem respostas eficazes do Estado e políticas de prevenção e proteção das vítimas, devemos garantir o acesso a cuidados de saúde, de maternidade e assegurar respostas sociais, de segurança e de responsabilidades que não podem ser ignorados. É uma data que simboliza a responsabilidade de garantir os direitos todos os dias.”-----
- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ**
- - Em primeiro lugar quer agradecer à Presidente da Assembleia Municipal por, mais uma vez, fazer-se uma assembleia descentralizada, na Freguesia de Arranhó, porque, nos dias que correm não é fácil de chegar, tal como foi apresentado no vídeo. -----



- - É, por isso, de inteira justiça reconhecer o empenho e profissionalismo dos trabalhadores do Município, bem como dos técnicos e operacionais da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, nomeadamente do Centro Operacional Municipal (COM), cujo trabalho contínuo foi determinante para a reposição das condições de segurança e normalidade. Igual reconhecimento é devido aos Executivos da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, pela presença constante no terreno, pela proximidade às populações e pela articulação institucional assegurada ao longo do processo. -----

- - O presente voto é igualmente dirigido ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos e, neles, a todas as corporações de Bombeiros que colaboraram no reforço do abastecimento de água nas várias freguesias bem como às corporações que se prontificaram a socorrer a nossa população; -----

- - Ao Serviço Municipal de Proteção Civil e ao Comando Sub-Regional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil do Oeste; à Guarda Nacional Republicana; às Forças Armadas, nomeadamente o Exército e a Força Aérea Portuguesa; ao setor Social da Câmara Municipal; ao Agrupamento de Escolas de Arruda dos Vinhos, ao Externato João Alberto Faria, à Escola Profissional Gustave Eiffel e às demais entidades ligadas à Educação; à Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos; às empresas que se voluntariaram e que continuam a colaborar; aos voluntários de Arruda e de outras localidades, aos Agrupamentos de Escuteiros, bem como às Associações e Coletividades do concelho, cujo contributo solidário foi essencial no apoio às populações e na mitigação dos danos verificados. -----

- - É ainda reconhecido o acompanhamento institucional e político prestado por membros do Governo e titulares de cargos públicos, designadamente pelo Ministro da Economia e Coesão Territorial, Eng.º Manuel Castro Almeida, pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação, Eng.º Miguel Pinto Luz, pelo Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Silvério Regalado, pelos dirigentes partidários Dr. José Luís Carneiro, Dr. André Ventura e Dra. Mariana Leitão, bem como pelos Deputados, o Dr. André Rijo e Dr. Marco Claudino, cuja atenção às necessidades do concelho se revelou relevante no contexto vivido.” -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - Tratando-se de um voto de louvor, e o único entregue, dentro do prazo, à Assembleia Municipal, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com uma abstenção de um deputado da bancada do Chega. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MIROSLAVA SCIUROV -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - É ótimo continuar a ter-se estas sessões descentralizadas, acha que todo o trabalho que vai sendo feito a nível da descentralização faz todo o sentido.-----

Resposta ao munícipe Pedro Matos Carvalho -----

- - Referiu que não pode deixar de comentar, porque já é a segunda vez que faz as perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, em que a resposta é exatamente a mesma, ou seja, essas perguntas têm que ser feitas à Junta de Freguesia, e informou que a Junta de Freguesia faz reuniões abertas na terceira quinta-feira de cada mês e é com todo o gosto que recebem qualquer freguês que lá queira apresentar situações, ainda assim, quer deixar claro que as informações não são de todo corretas, mas compreende a situação, naturalmente, como será fácil de imaginar, no último mês, as visitas aos parques infantis, não foi uma prioridade da Junta de Freguesia, porque havia outras situações, mas em breve, os serviços irão ao espaço para tentar fazer as coisas da melhor forma que puderem e conseguirem. -----

Rua da Agueira -----

- - Referiu que os pontos de saída da freguesia não são muitos, acabou-se de recompor, há muito pouco tempo, com a situação na Rua da Agueira que acaba por ser o principal ponto de ligação ao município de Sobral de Monte Agraço, mas a realidade é que ao cimo da rua já começa a haver alguns buracos, o que dificulta a entrada na Estrada Nacional cento e quinze. Assim, pede atenção, porque essa zona é de muita circulação, porque se não se passar por ali, a volta é demasiado grande. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

Voluntariado -----

- - “O voluntariado é uma missão de grande importância para a nossa sociedade, promovê-lo na nossa comunidade e, em especial junto dos mais jovens, é garantir a continuidade deste espírito solidário entre gerações e fortalecer os laços que unem a nossa população. -----

- - O programa “Reconstruir Arruda” promovido pelo executivo, foi uma iniciativa que merece reconhecimento. -----

- - Os voluntários foram sem dúvida a peça chave para assegurar a dinâmica necessária no terreno, demonstrando um elevado sentido de compromisso e dedicação à nossa comunidade. Contudo, ao reconhecer o mérito não nos pode impedir de analisar a corresponsabilidade na forma como foi operacionalizado. -----

- - A execução do programa revelou algumas fragilidades, nomeadamente ao nível da comunicação e da definição dos objetivos concretos. Durante vários dias, foram recebidas roupas e outros têxteis numa diversidade muito significativa de artigos. Importa, por isso questionar, se existe efetivamente, no nosso concelho, número de

pessoas que justifique a dimensão dessa recolha, não nos parece que haja uma necessidade local que absorva todos os bens angariados. -----

- - Assim, coloco uma questão objetiva, ou seja, para onde se destinam todas estas ofertas? Existe um plano definido para a sua gestão, encaminhamentos e eventual articulação com outras entidades? -----

- - Por outro lado, importa ainda referir uma falha que considero relevante neste programa, ou seja, não era permitida a participação de jovens com menos de dezoito anos. Entendemos que esta opção limita a promoção do espírito de voluntariado junto das novas gerações, desde que devidamente acompanhados por um adulto responsável, conforme, já anteriormente defendi, os jovens poderiam ser integrados neste tipo de iniciativa, porque é através da participação ativa que se tornam cidadãos mais conscientes, solidários e envolvidos com a sua comunidade. -----

- - Quando mobilizamos a comunidade para contribuir, temos o dever de garantir clareza, transparência, planeamento e inclusão. A solidariedade da população merece respeito e organização, não basta apenas apelar à generosidade, é fundamental assegurar que o esforço coletivo é orientado para as necessidades reais e devidamente identificadas porque, valorizar voluntariado é garantir responsabilidade na sua coordenação e visão no seu futuro.” -----

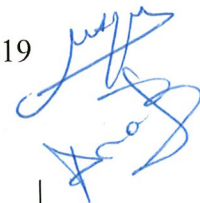
INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MATILDE PAULINO -----

- - “Nos termos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como nos termos do art.º 15.º, n.º 2, alínea c), do Regimento da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, propõe-se a aprovação do seguinte Voto de Louvor, por parte do Grupo Parlamentar do PS de Arruda dos Vinhos. -----

- - O Partido Socialista expressa, desde logo, o seu mais profundo reconhecimento a todas as entidades, instituições e cidadãos que, perante as recentes intempéries que atingiram o concelho, demonstraram um exemplo notável de união, coragem e dedicação ao bem comum. -----

- - Uma primeira palavra para o Executivo Municipal, que, desde a primeira hora, assumiu a coordenação dos meios disponíveis, garantindo uma atuação rápida, organizada e permanentemente articulada com as forças de Proteção Civil. O empenho demonstrado na avaliação dos danos, no apoio às populações afetadas e na mobilização de recursos humanos e materiais revelou um sentido de serviço público exemplar, digno de registo e de reconhecimento público. -----

- - Igualmente merecedoras de especial destaque estão as Equipas Operacionais e Técnicas do Município de Arruda dos Vinhos, cuja presença constante no terreno, muitas vezes em condições extremamente adversas, permitiu restabelecer acessos, assegurar a limpeza e desobstrução de vias, apoiar diretamente as famílias afetadas e



garantir a continuidade dos serviços essenciais. A sua competência, disponibilidade e dedicação foram essenciais para reduzir os impactos das intempéries e demonstram, uma vez mais, a importância vital destes profissionais para a segurança e bem-estar da comunidade. -----

- - As adversidades vividas colocaram à prova a resiliência das nossas comunidades. No entanto, foi precisamente nesses momentos de maior fragilidade que emergiu a força coletiva de Arruda dos Vinhos, uma força feita de cooperação, entreajuda e um sentido de missão que ultrapassou funções, fronteiras institucionais e responsabilidades formais.

- - É também neste espírito de reconhecimento que se dirige um voto de louvor aos Executivos das quatro Freguesias do concelho, Arranhó, Arruda dos Vinhos, Cardosas e Santiago dos Velhos, que, com uma presença contínua no terreno, asseguraram uma resposta próxima, humana e dedicada junto das populações. A rapidez na mobilização de equipas, a capacidade de identificar de imediato necessidades críticas e a articulação permanente com o Município e com as forças de proteção civil revelaram um compromisso exemplar com o serviço público. O trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, muitas vezes em cenários particularmente exigentes, foi fundamental para apoiar famílias, mitigar danos e restabelecer condições de normalidade com a maior brevidade possível.-----

- - Os Bombeiros de Arruda dos Vinhos, cuja coragem e capacidade de intervenção foram decisivas para garantir o socorro imediato às populações, merecem igualmente um profundo reconhecimento. A sua atuação persistente, enfrentando condições meteorológicas severas e riscos significativos, foi crucial para proteger vidas e limitar prejuízos. A Guarda Nacional Republicana (GNR), sempre presente no terreno, zelou pela proteção de pessoas e bens, coordenou acessos, apoiou operações de evacuação e garantiu a ordem pública num contexto particularmente exigente. -----

- - O contributo do Exército Português e da Força Aérea Portuguesa merece igualmente um registo de apreço, pela prontidão e eficácia demonstradas na recuperação das vias e no restabelecimento da normalidade no concelho. A sua perícia técnica e operacional permitiu devolver mobilidade às populações, possibilitando que o processo de recuperação avançasse com rapidez e segurança. Estiveram presentes quando o trabalho era mais exigente, lado a lado com as equipas no terreno, honrando o compromisso de serviço à Nação e às comunidades que dela fazem parte. -----

- - Os voluntários, bem como as empresas, desempenharam um papel absolutamente determinante nos momentos mais difíceis, demonstrando um espírito de solidariedade e compromisso que honra profundamente o concelho de Arruda dos Vinhos. Movidos pelo sentido de dever e pela vontade de ajudar o próximo, estiveram no terreno desde o primeiro instante, apoiando operações de limpeza, distribuição de bens essenciais,



acolhimento de famílias afetadas e todas as tarefas que exigiam mãos firmes e corações disponíveis. As empresas colocaram recursos, equipamentos, infraestruturas e equipas ao serviço da comunidade, muitas vezes de forma imediata e sem hesitação, contribuindo decisivamente para acelerar a recuperação e minimizar os impactos das intempéries. -----

- - Esta colaboração entre cidadãos, associações e tecido empresarial revelou a força de uma comunidade unida, capaz de se mobilizar com eficácia e generosidade quando mais importa. -----

- - Considero igualmente importante registar o contributo da EPAL, da E-Redes e da Altice, entidades que, ao longo deste processo, demonstraram permanente disponibilidade, capacidade de resposta e espírito de colaboração. A forma como procuraram sempre corresponder às necessidades apresentadas justifica plenamente que também lhes seja dirigido o presente reconhecimento. -----

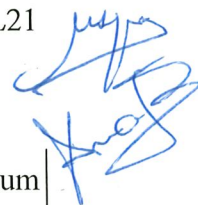
- - É igualmente justo reconhecer o papel da SCMAV, do CESFA, enquanto IPSS sempre disponíveis e colaboradores, bem como das Conferências Vicentinas de Arruda dos Vinhos, da Cáritas de Arranhó e de outras congregações religiosas que, de forma discreta, mas constante, se colocaram ao serviço da comunidade. Deve ainda ser destacada a presença solidária da Igreja Evangélica de Arruda dos Vinhos e o contributo de numerosos restaurantes do concelho, que, com generosidade e prontidão, responderam sempre que foram chamados. A atuação conjunta de todas estas entidades reforça o espírito de entreajuda que caracteriza o nosso concelho e justifica plenamente que também lhes seja dirigido o presente voto de louvor. -----

- - A resposta às intempéries não foi apenas institucional: foi comunitária. -----

- - Associações, coletividades, agrupamentos de escuteiros, empresas locais e inúmeros voluntários juntaram-se num movimento espontâneo de solidariedade. A população sentiu esse apoio de forma direta e genuína, nas palavras de conforto, nos gestos de ajuda, na presença constante de quem se disponibilizou a servir. Esta colaboração entre entidades públicas, forças de proteção e socorro, instituições sociais e cidadãos comuns demonstrou que a força de um território reside na sua capacidade de agir como um só corpo. -----

- - Em cada rua limpa, em cada família apoiada, em cada situação de risco mitigada, esteve presente um sentimento profundo de cuidado mútuo. A população reconheceu e valorizou a proximidade, a prontidão e a humanidade de todos os que intervieram. Esse reconhecimento não é apenas emocional: é um testemunho da confiança que sustenta a vida democrática e a coesão social. -----

- - Para o Partido Socialista, fica claro que Arruda dos Vinhos é um unir de esforços sem hesitação, um colocar o interesse coletivo acima de qualquer diferença, um agir



com coragem, responsabilidade e solidariedade. É olhar para as adversidades como um novo recomeço. No fundo, apesar das dificuldades com que se depararam, se deparam e se irão deparar, têm em mente apenas uma palavra: RECONSTRUIR. -----

- - Este voto de louvor é, por isso, mais do que um agradecimento. É uma homenagem à forma como o concelho se ergueu unido, guiado por um profundo sentido de missão e por um compromisso inabalável com a dignidade humana. -----

- - Expressamos, assim, a nossa gratidão a todos os que serviram, protegeram, apoiaram e cuidaram. A todos os que, com o seu exemplo, mostraram que a força de Arruda dos Vinhos reside na sua gente e na sua capacidade de caminhar junta.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

- - “Boa noite Sra Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. -----

- - Há imagens que não se apagam.-----

- - Há dias em que a política deixa de ser teoria e passa a ser chão molhado, lama nos sapatos e silêncio pesado no olhar das pessoas. -----

- - No terreno vi casas destruídas. -----

- - Vi famílias que perderam, em minutos, aquilo que demoraram uma vida a construir. Vi pessoas a perguntar, ainda incrédulas, “e agora? O que vais ser da minha vida...?”---

- - Mas vi também algo que me marcou profundamente. -----

- - Trabalhadores do Município completamente destroçados.-----

- - Pessoas que conhecem estas ruas, estas famílias, estas histórias...e que estavam ali não como funcionários, mas como arrudenses. Vi lágrimas. Vi exaustão. Vi um sentimento de impotência que só existe quando a dor é coletiva.-----

- - E é impossível viver aquilo e continuar a fazer política como se nada tivesse acontecido. -----

- - Por isso, antes de qualquer divergência, antes de qualquer crítica, há algo que tem de ser dito com clareza:-----

- - Obrigada. -----

- - Obrigada ao Executivo.-----

- - Aos presidentes de Junta.-----

- - Proteção Civil.-----

- - Aos Bombeiros.-----

- - Aos trabalhadores do Município.-----

- - Aos voluntários. -----

- - A todos os que estiveram no terreno quando Arruda estava ferida. -----

- - Devemos todos ser imensamente gratos àqueles que dão o seu melhor. Porque quem dá o melhor de si nas condições que tem merece a nossa mais sentida homenagem.-----



- - E foi isso que vimos no terreno. Pessoas a dar o melhor de si nas condições que tinham.-----

- - Mas é precisamente por termos vivido aquilo que não podemos permitir que tudo volte ao “normal”.-----

- - Porque o “normal” já não chega.-----

- - Arruda sofreu danos estimados em 25 milhões de euros.-----

- - Falamos de três a quatro anos para recuperar o que existia.-----

- - E sublinho: recuperar o que existia. Não aquilo que verdadeiramente merecemos. Porque todos nós nesta sala fomos a eleições em outubro passado munidos de um sonho: Uma Arruda melhor!-----

- - Não podemos aceitar que Arruda viva quatro anos em suspenso.-----

Não podemos aceitar que a resposta seja lenta quando a dor foi imediata.-----

Arruda tem de reconstruir-se. E tem de reconstruir-se rapidamente.-----

- - Mas reconstruir não é apenas repor o que caiu.-----

- - É aprender.-----

- - É reformar.-----

- - É fazer melhor.-----

- - E é aqui que entra a diferença entre política pequena e política grande.-----

- - A política pequena discute valetas como se estivéssemos a falar de rotina administrativa.-----

- - A política grande pergunta: o que é que este território nos ensinou?-----

- - Sim, a manutenção é obrigação permanente. Mas reduzir uma instabilidade geológica grave a um debate sazonal é simplificar demasiado uma realidade complexa.-----

- - A demagogia pode gerar manchetes.-----

- - Mas ela não segura encostas.-----

- - Não protege casas.-----

- - Não devolve tranquilidade às famílias.-----

- - Arruda já teve palco nacional suficiente.-----

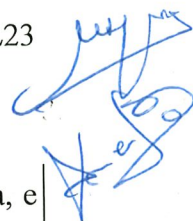
- - E esse, estou certa, que por estes motivos ninguém quer que Arruda volte a ser palco novamente.-----

- - Quando a Iniciativa Liberal assumiu publicamente que levaríamos Arruda à Assembleia da República, não foi para ganhar aplausos.-----

- - Foi porque era o que tinha de ser feito.-----

- - Cumprimos a nossa promessa. A promessa que fizemos ao Sr Presidente da Câmara quando a nossa presidente visitou Arruda, mas acima de tudo a promessa que fizemos aos Arrudenses: Arruda iria estar SEMPRE em primeiro lugar.-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026



- - E os factos são claros: na hora da verdade partidos que disseram “sim” a Arruda, e houve partidos que disseram “não”.-----

- - Em momentos decisivos, os votos definem prioridades.-----

- - E os arrudenses não são pessoas desatentas! -----

- - As últimas eleições presidenciais deixaram um sinal inequívoco! O candidato apoiado pela Iniciativa Liberal ficou em segundo lugar em Arruda dos Vinhos. Logo depois do candidato apoiado pelo PS, e agora presidente eleito. Se calhar, se Portugal votasse como Arruda o resultado teria sido diferente.-----

- - Meus caros, isto não é um episódio meramente estatístico. É um sinal claro que os Arrudenses procuram uma mudança estrutural. -----

- - Durante anos ouvimos que as pessoas não queriam alternativa. Mas Arruda mostrou que quer sim ser diferente.-----

- - Quer primeiro coerência entre discurso e aquilo que de facto votam. -----

- - Quer eleitos que assumam posições sem hesitação ou medos.-----

- - E quer responsabilidade... -----

- - E é por isso que afirmo, com serenidade e convicção:-----

- - A confiança expressa nas urnas confirmou aquilo que já se sentia no terreno: a Iniciativa Liberal é hoje uma referência de oposição em Arruda. -----

- - Não porque grita mais alto. -----

- - Mas porque cumpre! -----

- - E começa agora a fase mais exigente para todos!-----

- - Arruda está formalmente abrangida pelo enquadramento nacional da calamidade. ----

- - Isso cria condições.-----

- - Mas condições não substituem ação. -----

- - A reconstrução tem de ser rápida.-----

Tem de ser fiscalizada. -----

Tem de ser tecnicamente sólida. -----

Cada mês de atraso é uma família em incerteza. -----

É um investimento suspenso.-----

É confiança em todos que se vai perdendo... -----

Nós estaremos aqui para garantir que isso não acontece! -----

Com firmeza. -----

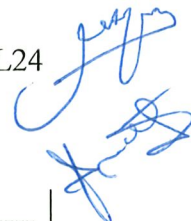
Com exigência. -----

Com sentido de missão. -----

Porque liderança não é explorar a dor.-----

É transformá-la numa mudança que fortaleça o futuro. -----

E Arruda merece sair desta crise mais forte do que entrou.” -----



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - “Esta é a primeira Assembleia Municipal após um dos períodos mais negros e exigentes da história de Arruda dos Vinhos. A calamidade que se abateu sobre o nosso território — fruto de tempestades sucessivas e do Janeiro mais chuvoso de que há registo meteorológico — provocou danos de proporções inimagináveis, surpreendendo até quem conhece profundamente as especificidades geológicas da nossa região. -----

- - Após a fúria dos ventos ciclónicos, que deixaram o concelho e a zona Oeste sem eletricidade durante dias, fomos confrontados com um cenário dantesco: estradas a ceder como se tivessem sido bombardeadas, casas e armazéns a ruírem como castelos de cartas e vinhas inteiras a deslizar, arrastando consigo o trabalho e o sustento de uma vida inteira. É uma situação sem precedentes que choca pela sua violência e pelo grau de destruição. -----

- - Contudo, perante tamanha adversidade, o espírito resiliente e determinado dos arrudenses prevaleceu. Testemunhámos uma resposta abnegada e exemplar por parte do Município, das Juntas de Freguesia, das Forças de Segurança, dos Bombeiros e da Proteção Civil, bem como das IPSS, empresas e particulares que se uniram para apoiar quem tudo perdeu. -----

- - Na tragédia, o que nos une falou mais alto, e a todos endereçamos o nosso mais profundo agradecimento. Saudamos igualmente o esforço para que fosse decretado o estado de calamidade; uma decisão justa e essencial, embora demorada, que permitirá agora acionar os mecanismos de apoio vitais para a recuperação das famílias e das empresas, não só em Arruda mas em toda a região. -----

- - O momento atual é de reconstrução. É tempo de colocar as divergências de lado e colocar todos os esforços ao serviço de Arruda dos Vinhos, das suas instituições e das suas gentes. Ninguém compreenderia que este fosse um tempo de crispação ou de aproveitamento político; o desígnio de reconstruir o concelho e torná-lo mais forte do que antes da intempérie exige a colaboração de todas as forças políticas. -----

- - A Câmara Municipal apresentou de forma diligente as bases de um plano de intervenção a curto, médio e longo prazo, e o Partido Socialista de Arruda dos Vinhos, que se manteve contido e discreto durante o pico da crise para permitir a atuação serena dos agentes no terreno, assume hoje um compromisso de colaboração total, abnegada e incondicional. -----

- - É imperativo que o Município, em parceria com a CIM Oeste, da CCDDR e com o Governo através do PTRR, crie condições de robustez acrescida para enfrentar futuras intempéries. Isto passa pela recuperação de habitações e empresas, mas também por intervenções estruturais nas redes de comunicações, água e eletricidade. Destacamos, como prioridades críticas, a construção do nó da A10/CREL no Cabeço da Rosa e da

variante que servirá São Tiago dos Velhos e Arranhó, garantindo a segurança das populações e a fluidez do trânsito de pesados. Estaremos ao lado de cada arrudense, independentemente dos obstáculos, focados no único objetivo que agora importa: Reconstruir Arruda. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - “Não podíamos deixar de assinalar, neste período antes da ordem do dia, a decisão da Iniciativa Liberal de cessar a sua participação na coligação Juntos por Arruda. -----

- - Ao longo das últimas semanas, existiram contactos, conversas e tentativas de clarificação de posições. Procuramos com serenidade e sentido construtivo e avaliar a possibilidade de manter um entendimento político que salvaguardasse a estabilidade do projeto. Contudo, apesar desse esforço, não foi possível alcançar um consenso. -----

- - Registamos essa circunstância com respeito institucional, a vida democrática é feita de convergências, mas também de divergências legítimas, nem sempre é possível harmonizar perspetivas distintas mesmo quando existe vontade de algo. -----

- - O Juntos por Arruda nasceu com um compromisso plural, integrando o PSD, a IL, o CDS e ainda um largo conjunto de independentes. Essa diversidade foi, desde o início, uma marca de água no nosso projeto e é justo reconhecer e agradecer, e agradecemos, o contributo dado pela Iniciativa Liberal, enquanto integrou esta coligação. Esse percurso faz parte, e fará sempre parte, da nossa história comum. -----

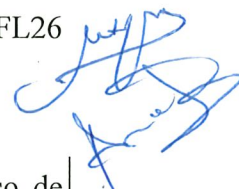
- - Quanto ao presente e ao futuro o nosso compromisso mantém-se claro e inalterado, honrar o mandato que nos foi confiado pelos arrudenses com estabilidade, responsabilidade e foco no desenvolvimento do concelho e, como o Presidente de Câmara diz, numa perspetiva suprapartidária que é o que Arruda dos Vinhos precisa neste momento. -----

- - Continuaremos a trabalhar com elevação, com sentido institucional e com total dedicação a Arruda dos Vinhos e à sua população.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Em relação à intervenção da Deputada Miroslava, referiu que subscreve na íntegra, bem como as outras situações que foram mencionadas por outros deputados. -----

- - É muito importante, mas pensa que não seja por se assinalar um dia da Mulher, que se altera o agudizar das situações de discriminação face àquilo que são os direitos e as oportunidades que, ainda hoje, sofrem em Portugal e no mundo, continuam a ter dificuldades em afirmarem-se quer do ponto de vista profissional, quer do ponto de vista do respeito institucional, porque a verdade é que, em termos estatísticos, quem sai com melhores resultados, quem estuda mais, quem está mais presente nas academias são, precisamente, as mulheres, mas depois quando se vai à procura delas nos lugares de destaque, continua-se a ter dificuldades em encontrá-las. -----



- - “Eu tenho a minha consciência completamente tranquila, porque no processo de elaboração das listas para as últimas eleições, com total naturalidade foram escolhidas mulheres para estarem em lugares de destaque, não por serem mulheres, não por questões meramente de paridade, mas as mulheres foram convidadas porque davam mais garantias para o lugar do que outras possibilidades que eram homens e que não tinham o mesmo potencial, a mesma capacidade de resposta, a mesma criatividade, a mesma disponibilidade, o mesmo entendimento, e até a mesma sensibilidade. -----

- - Infelizmente, digo que se vê, em Portugal e no mundo, ainda muitos atropelos e até acho que se está a ser testemunha de um o processo de retrocesso civilizacional, ou seja, acho que se está a andar para trás, no que diz respeito à perda de direitos por parte das mulheres. -----

- - É mais um dia, mas mais do que um dia, o que interessa é a atitude, é o pressuposto que o mundo se construa com os contributos de todos, homens e mulheres, obviamente, que há um contributo que é inestimável e desvalorizá-lo, é delapidar um património que é fundamental para construir um mundo melhor.” -----

Estrada da Agueira-----

- - Referiu que a situação está sinalizada, como sabe fez-se uma intervenção, mas ainda existem algumas situações que falta finalizar, houve uma intervenção do encaminhamento das águas, houve também uma intervenção no muro que tem que ser estabilizado, depois há a questão da camada de desgaste que também ainda vai ser colocada, depois ainda existe a situação daquele buraco que tem que ser intervencionado e que está sinalizado, tal como referiu, é uma via que passou a ter uma importância bastante grande e que, a breve trecho, vai ser concluída a intervenção. -----

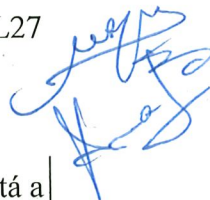
Voluntariado-----

- - Relativamente à questão do voluntariado, referiu que o voluntariado é um exemplo daquilo que correu bem nestes dias, ou seja, foi essa capacidade de união, coesão, íntegra e de humanismo que esteve muito presente e foi em crescendo, tal como as situações que foram acontecendo, e prova disso são as “fitas do tempo” durante todas aquelas tempestades que vão ficar conhecidas na nossa história local e nacional, e tal como as situações foram em crescente, o voluntariado também o foi. -----

- - O voluntariado teve vários eixos, nomeadamente, aquilo que foram os objetivos alicerçados, não concorda com o que disse sobre a comunicação, porque à medida que deixou de haver necessidades, relativamente a alguns bens perecíveis e dos têxteis, foi anunciado que já não havia essa necessidade. -----

- - Houve uma fase que foi preciso planear, organizar, controlar e dirigir todo o processo organizacional, houve uma seleção, uma triagem e uma distribuição, sendo que o foco e o canal mais direto e mais necessário foram as questões dos desalojados e deslocados, eles foram o vetor principal de todos estes bens. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026



- - Relativamente à articulação e encaminhamento de produtos, é um processo que está a ser articulado com a Cáritas, as Vicentinas e com a loja social. -----

- - É importante referir que se está a falar de uma condição de exceção e, tendo em consideração este enquadramento de exceção, com todo este culminar de situações cada vez mais gravosas, é preciso ter essa capacidade de articulação e capacidade de resposta que é muito meritória. -----

- - Em relação à questão dos jovens, referiu que estas atividades têm que se adequadas aquilo que é a idade, houve algumas entidades, nomeadamente a paróquia que entrou em contacto com o executivo para que os seus jovens pudessem participar, mas obviamente que há uma necessidade de seleção e de seriação, porque não se pode enviar jovens para situações que são complicadas e que requerem algumas condições de segurança que muitas vezes nem sequer estavam estabelecidas, e entende-se que isso é motivo para que a própria idade seja condicionante para um conjunto de atividades. -----

- - É preciso perceber que entre desalojados e deslocado, foram afetadas cerca sete dezenas de pessoas, e há situações continuadas, cuja resposta ainda se vai projetar no tempo. Existem cerca de cinquenta e uma pessoas a serem acompanhadas, pelo serviço municipal da ação social, a quem agradece tudo o que têm feito, mas este serviço de voluntariado vai ser preciso ainda durante algum tempo, porque existem situações, do ponto de vista da requalificação, que vão demorar muito tempo, tendo dado o exemplo do Caminho da Batalha e da Estrada do Lapão que, pode garantir, não são os cinco mil euros ou os dez mil euros que o Governo Central vai atribuir, que vão permitir reconstruir casas, e isso significa que essas pessoas vão ter que continuar a serem ajudadas. -----

- - A entreaajuda, foi muito grande e, para terem uma ideia, com o que viram no vídeo consegue-se perceber toda a ajuda que houve, nomeadamente do exército e das diferentes corporações de bombeiros que estiveram presentes, tudo isso teve gastos de alimentação e que foram bastante avultados, portanto, há uma série de situações que são onerosas, e algumas delas foram colmatadas com os bens perecíveis que foram doados, nomeadamente a alimentação para os militares e bombeiros, mas o voluntariado continua e ele vai ser secionado relativamente aquilo que são as várias etapas que vão surgindo, tendo dado o exemplo de, no próximo domingo, por amabilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, vai dar o sinal de partida da Corrida das Lezírias, onde vai haver uma atividade que, está a ser articulada com os serviços sociais, em que o Senhor Presidente de Vila Franca se disponibilizou para fazer uma campanha por Arruda com doações de bens que reverterão para o Município de Arruda. -----

- - Outras situações que estão previstas é por exemplo, nas comemorações do 25 de Abril, em que o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia disponibilizou-se para fazer um concerto solidário com a banda da Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos, que está a ser articulado, para que a receita possa ser depois enviada para os bombeiros ou para alguma situação que possa ser pensava do ponto de vista de situações solidários.-----

- - Muitas bandas que costumam vir atuar em Arruda, como por exemplo, os Cristais da Noite, contactaram-nos diretamente, a disponibilizarem-se para fazerem bailes ou concertos solidários para angariar fundos. Felizmente tem havido muitas situações, algumas ainda irão decorrer, futuramente, porque esta situação de necessidade vai-se prolongar no tempo, como devem de calcular, até por aquilo que a Senhora Deputada disse, ou seja, continua-se a receber alguns bens, e não quer que aconteça o caso de Pedrogão, em que a generosidade foi tanta que depois estragaram-se muitas coisas, e não é isso que se quer.-----

- - Deu uma palavra de agradecimento para alguém que está a ajudar, felizmente em Arruda há muito boa gente, que é o David Silva, das Cardosas, ele tem feito uma articulação e uma gestão de tudo, tem sido o ponto fulcral de toda esta operação, tem sido um elemento fundamental de toda esta gestão que tem sido feita no pavilhão multiusos. Ele tem sido inexcelável naquilo que é o seu contributo, em articulação com a ação social do município e com os técnicos, mas ele tem sido fundamental. -----

- - “Com toda a ajuda que tem existido, dos vários quadrantes, e numa condição de exceção, pessoalmente, e como Presidente de Câmara, fico muito orgulhoso de ter no concelho esta capacidade de resposta a uma situação que foi de tragédia e de calamidade.” -----

- - Relativamente às prestações da Deputada Matilde Paulino, Rita Nunes e Rui Moreira, referiu que subscreve em grande parte, parece-lhe que estão todos alinhados, que também foi em crescendo, houve alguns silêncios que depois desapareceram e que se tornaram também na incapacidade de ajuda e de estar alinhado com aquilo que é a vontade natural nesta questão que é reconstruir, conjuntamente, o Concelho de Arruda dos Vinhos.-----

- - “Eu já fiz uma citação, numa publicação minha, com uma frase célebre que diz que “a política é a arte do possível”, mas eu não concordo e acho que é mais a possibilidade do transformámos aquilo que à partida parecia impossível, possível e estou muito convencido disso, essa é a minha motivação pessoal, ou seja, quando olharmos para imagens de destruição, dói muito, porque é a nossa terra e aí dói mesmo muito, porque vemos pessoas a abandonarem as suas casas e a roupa a fica para trás estendida, porque por questões de segurança, tem que sair, e é por isso que os nossos homens também não

podem lá estar, mas depois tem que haver a capacidade e a vontade de dar a volta à situação, e é esse voltar de página que temos que dar, temos que pensar que vamos ser capazes de reconstruir, e o vídeo que foi apresentado, também serve um bocadinho para dar alento, a todos nós, de que quando estamos motivados e serenos, naquilo que é a tal política do “p” pequeno e deixamos isso para trás, somos de certeza, capazes e vamos ser capazes de dar a volta a isto e é por isso que subscrevo grande parte do que vocês disseram, bem como nessa imensidão de entidades que estiveram presentes e que nos estão a ajudar e que foram muito importantes, tal como foi importante e imprescindível a ajuda dos nossos colaboradores, de técnicos, de todo o STAF das juntas de freguesia, que também tiveram um papel fundamental, porque, como devem calcular, foram muitas noites e muitas horas a monitorizar todas estas situações, à hora, porque elas iam se agudizando, por isso, tenho um orgulho imenso e uma gratidão eterna por toda esta massa humana de entidades e particulares que lhe disseram “sim” e ajudaram.” -----

- - Relativamente à intervenção do Deputado Paulo Pereira, referiu que não tem muito a comentar, acha que este não é o fórum, já fez esse comentário relativamente àquilo que pensa acerca de movimentos independentes e de coligações, escreveu um artigo que está publicado, acha que o título diz tudo, chama-se “Albergue Espanhol”, mas não é este o espaço para discutir esse tema, mas quem tiver curiosidade, o artigo está publicado no jornal Valor Local e é o espelho daquilo que pensa sobre movimentos independentes e de coligações nos períodos autárquicos e depois aquilo que acontece a seguir, mas pensa que hoje não é o palco para falar sobre essa matéria, que até dá razão aquilo que escreveu no referido artigo.-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO-----

- - “Em forma de esclarecimento eu quero referir que na verdade, eu tive presente como voluntária e, portanto, sei daquilo que falo e daquilo que participei, de qualquer forma, só queria referenciar que, em relação aos jovens, no local onde estive que foi no pavilhão multiusos, era perfeitamente enquadrável de os envolver, eu própria levei a minha filha e acho que é uma nova forma de lhes dar o exemplo daquilo que podem participar e que estão num espaço seguro e perfeitamente controlado. -----

- - Agora aquilo com que me deparei, e também quer aqui subscrever a verdade sobre a pessoa do David Silva, ele foi inexcusável e extraordinário, eu não o conhecia, e tive imenso gosto, mas aquilo que eu também me apercebi foi a falta de voluntários que estavam presentes, e por isso, ajudei a promover e a dinamizar para que houvesse uma maior agilização no processo para que todos pudessem participar, porque, na verdade, o volume de têxteis que eu vi e me deparei, jamais, seriam para dar resposta só Arruda, portanto, automaticamente todos aqueles bens têm que ser canalizado para outros locais,

porque Arruda, com certeza, não precisa de tudo aquilo que vi e da qual agilizei e ajudei no processo de triagem.” -----

- - Queria deixar esta nota, e continua a achar que os jovens devem ser integrados, em locais seguros, como era o caso do pavilhão multiusos. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - “Eu não sei de onde tirou a ideia de eu ter dito que não sabia do que falava, eu não disse rigorosamente nada disso, portanto, é uma interpretação sua e o propósito é seu, mas não disse rigorosamente nada disso, obviamente, que saberá do que fala porque, pelos vistos esteve lá, e por isso agradeço o seu contributo, portanto, não percebo a sua insinuação, e deixo isso na sua consciência pessoal.” -----

- - Relativamente à questão dos jovens, referiu que eles têm contribuído e vão continuar a contribuir, aliás, eles organizaram o Festival das Sopas, em articulação com o município, e volta a referir que esta ajuda não se esgota agora e essa ajuda vai ser canalizada para aquilo que são as situações que vão continuar a existir, obviamente, que se vai selecionando dentro daquilo que são os perfis e aquilo que são as idades que as pessoas têm, obviamente, que os jovens também serão integrados, portanto, não vê que a intervenção dos jovens seja menos importante que a intervenção dos seniores, dos adultos, das mulheres e de quem quer contribuir. “Não percebo porque é que está a fazer disto um ponto essencial quando temos que ver todo um conjunto de atividades em que os jovens participam. -----

- - Aproveito a oportunidade para informar que existe uma plataforma para o registo de todos os bens que são recebidos e distribuídos, que estão inscritos quinhentos voluntários, e por esse número ser muito elevado, há toda uma gestão que tem que ser feita por quem está no terreno de uma forma continuada não só esporádica e obviamente quem faz essa gestão, nem sequer sou eu, são os técnicos do município. -----

- - Uma vez que se está a falar de voluntários, obviamente que há períodos, em que há uma menor afluência de disponibilidade, mas posso-lhe garantir que não temos falta de voluntários, obviamente, que eles não são precisos todos ao mesmo tempo, mas o trabalho é feito por fases e por etapas, e não ele, nem a Deputada Raquel Carvalho, que dirá aos técnicos quando é que são necessários, mas sim a pessoa que está responsável pelo processo. -----

----- **Ordem do Dia** -----

PONTO N.º 1 – ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 -----

- - Presente a referida ata, para eventual aprovação. -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida ata -----

- - A Deputada Rita Nunes, apresentou um protesto que fica a fazer parte integrante da ata. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - “À Exma. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos.-----

- - O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal vem, por este meio, apresentar protesto formal relativamente ao sucedido na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2025. -----

- - Depois de concluída a ordem de trabalhos para a qual todos os membros foram convocados, foi submetida à votação, já depois das 00h30, a inclusão de um ponto adicional, invocando-se carácter de urgência. A natureza excecional deste mecanismo exige prudência, fundamentação clara e respeito absoluto pelos princípios da transparência e da preparação informada das decisões. A urgência não pode resultar de falhas de planeamento, nem de conveniência organizativa do executivo, deve corresponder a uma situação objetivamente inadiável e amplamente reconhecida como tal. -----

- - No caso concreto, tratava-se de matéria deliberada na própria data em reunião de Câmara, sem que tivesse sido previamente disponibilizada documentação ou elementos instrutórios aos membros da Assembleia Municipal. A Assembleia não é um órgão de mera validação automática das decisões do executivo. É, por definição legal e política, o órgão de fiscalização democrática do município, e só pode cumprir plenamente essa função quando dispõe de tempo, informação e condições adequadas para deliberar de forma esclarecida. -----

- - O respeito pelas regras de funcionamento da Assembleia Municipal não é uma questão menor. É condição essencial para a credibilidade do poder local e para a confiança dos cidadãos nas instituições. Sempre que as garantias procedimentais não são comprimidas, enfraquece-se o papel fiscalizador da Assembleia e fragiliza-se o equilíbrio democrático que a lei pretende assegurar. -----

- - Requer-se que o presente protesto seja apresentado na próxima sessão da Assembleia Municipal e integralmente registado em ata.” -----

PONTO N.º 2 - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL -----

- - Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação e discussão.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

- - Gostaríamos de agradecer a divulgação do relatório de atividade e, após análise, a bancada da IL - Iniciativa Liberal verificou que existe um agravamento significativo no prazo médio de pagamentos a fornecedores. Verificaram que em dois mil e vinte e cinco, o prazo médio de pagamentos era de quarenta e um dias, mas em dois mil e vinte e quatro era de vinte e cinco dias. -----

- - Entendem que este alargamento do prazo de pagamentos prejudica as empresas que são parceiras do município e assim, gostariam de ser esclarecidos sobre qual o motivo

de alargamento do prazo, o que é que está a ser feito para se voltar ao prazo anterior e qual a perspetiva para dois mil e vinte e seis. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - Referiu que sobre este ponto da ordem de trabalhos, tem algumas questões relativamente aos processos, procedimentos e consultas prévias. -----

- - Do relatório do Gabinete Jurídico e Contencioso, as dúvidas residem no processo número 2157/20.25 relativamente a um processo em que o município perdeu e depois recorreu, gostaria de algum esclarecimento sobre a contratação de um técnico superior. Gostaria de perceber qual é o cerne da questão? Em que estado está o processo? Qual é que foi o problema com o contrato de concurso de contratação? -----

- - Relativamente à Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida, em relação ao procedimento número 26/2024, relativamente às intervenções nos Centros de Saúde de Arruda dos Vinhos e de Arranhó, é referido que as obras foram suspensas. Solicita um enquadramento sobre este procedimento. -----

- - Relativamente ao procedimento número de 39/2025, da mesma divisão, sobre a secção descentralizada de bombeiros em Arranhó, é referido que o período de execução da obra são trezentos e sessenta e cinco dias, no entanto, na reunião de Câmara que se realizou em A-do-Mourão, o Senhor Presidente tinha referido que ira ser de dezoito meses. Assim, gostaria de perceber se isto é uma pequena gralha na redação do documento. -----

- - Na Divisão Financeira e de Recursos Humanos, é referido duas consultas prévias, mas elas estão repetidas, ou seja, a consulta prévia, número 35/ 2025 sobre a aquisição de cinco ciclomotores cem por cento elétricos em que aparece, num momento como concluída e, em seguida, aparece como em análise. O mesmo acontece na consulta prévia, número 36/2025 sobre fornecimento do leite escolar aos alunos dos centros escolares do concelho de Arruda dos Vinhos para o ano de dois mil e vinte e seis, em que num lado aparece como concluído, e noutro lado, aparece em elaboração. -----

- - Na alteração das GOP, referente à prestação de serviços da teleassistência domiciliar, foi atribuída uma verba de oito mil, setecentos e vinte e nove euros e dez cêntimos, quando nas GOP aprovadas em dezembro, existia uma verba disponível de quinze mil euros para esta mesma rubrica. Gostaria de saber qual a razão para esta situação ter acontecido. -----

- - Também identificou a questão de o pagamento aos fornecedores passar dos vinte e cinco dias para os quarenta dias. Gostaria de saber se há a intenção de se voltar a ter prazos mais curtos de pagamento aos fornecedores. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - Relativamente à questão do prazo médio de pagamento aos fornecedores, é verdade que o prazo aumentou, mas a resposta que pode dar é: “quem dera às empresas privadas pagarem como o município de Arruda paga”. Obviamente, que se tem sempre como meta e como objetivo, ter um prazo médio de pagamentos que seja mais curto, mas tendo em consideração aquilo que é um racional comparativo com as empresas privadas, pensa que não haverá muitas a pagar tão cedo como paga o município de Arruda dos Vinhos. -----

- - A razão deste aumento tem a ver com a situação financeira, tem a ver com um conjunto de contingências que não dependem só do município, mas ainda assim é algo que orgulha este executivo municipal, quando se faz o comparativo com as empresas privadas. -----

- - Relativamente às questões do Deputado Paulo Pereira, pede desculpa, mas confessa que nem tomou nota das questões, por uma razão muito simples, “eu sou um decisor político, não sou técnico, isto é um fórum político, não é um fórum técnico, e os senhores insistem em transformar fóruns políticos em encontros de técnicos para responder a perguntas técnicas que podem ser endereçadas aos técnicos previamente a estas reuniões. -----

- - O Senhor quer que eu lhe dê respostas sobre o leite de chocolate, numa Assembleia Municipal, basicamente é isso. Eu acho que tem todo o direito a essa informação, mas o que lhe peço é que pegue nessa lista e a enderece aos técnicos que terão todo o gosto em responder. Agora virmos para uma Assembleia Municipal, que é um fórum político, responder a perguntas sobre leite achocolatado, eu acho que é uma perda de tempo, e repito, para não ser mal interpretado, tem todo o direito de obter essas informações que o senhor questionou, mas isso é com os técnicos, porque está a perguntar-me a mim sobre procedimentos para os quais eu não venho munido, seria intelectualmente injusto da minha parte dar uma resposta que não seja fundamentada como merece, portanto, o lhe peço, encarecidamente, hoje e sempre, é que enderece essas questões aos técnicos, antes destas reuniões, porque são eles que estão munidos dessa informação e, de certeza, que terão todo o gosto em fornecer-las, dentro da brevidade que a lei o exige. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - Referiu que as questões colocadas fazem parte da análise da atividade municipal envida pelo documento. Percebe que não tenha os procedimentos e os processos todos de cor. Assim, só gostaria que respondesse sobre a secção descentralizada dos bombeiros em Arranhó, se são trezentos e sessenta e cinco dias ou se são os dezoito meses, porque o Senhor falou disso na reunião de câmara descentralizada em A-do-Mourão. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Respondeu que são os dezoito meses. -----

PONTO N.º 3 - RELATÓRIO PROCESSUAL DE 2025 E PLANO DE ATIVIDADES DE 2026 - CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ARRUDA DOS VINHOS-----

- - Presente ofício da CPCJ acompanhado do Relatório Processual de 2025 e Plano de Atividades de 2026.-----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA JUNTA DE FEGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS -----

- - Referiu que em relação à CPCJ, reconhece o trabalho desenvolvido e o compromisso demonstrado na proteção das crianças, jovem e das suas famílias. -----

- - “Naturalmente o cenário ideal seria aquele que não existisse mais de uma centena de processos abertos ou em fase de averiguação, contudo a existência destes casos relembra-nos que a realidade social exige atenção permanente e ações responsáveis. ----

- - Estas situações que persistem, reforçam o dever coletivo de agir sobre elas da melhor forma possível, garantindo que todas as crianças e jovens tenham direito a crescer em segurança, com proteção e oportunidades de desenvolvimento saudável.-----

- - Importa igualmente sublinhar a evolução do papel das CPCJ, que deixam progressivamente de ser apenas estruturas de resposta ao risco para assumirem um papel ativo na prevenção e na capacitação da sociedade. -----

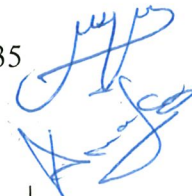
- - Neste contexto, e considerando a crescente modernização da sociedade e as novas formas de comunicação dos jovens, torna-se pertinente atualizar também os métodos de intervenção e sensibilização, aproximando-os das linguagens digitais atuais. Assim, considerando as iniciativas previstas no plano anual de atividades para dois mil e vinte e seis, nomeadamente os fóruns jovens dinamizados pela AJAV - Associação de Jovens de Arruda, junto da escola profissional Gustavo Eiffel e do Externato João Alberto Faria, propõe-se que estas ações possam evoluir para um projeto anual contínuo e que, num próximo plano de atividades, se possa envolver os próprios jovens na criação de conteúdos digitais como vídeos curtos, podcats e conteúdos educativos abordando temas como saúde mental, relações saudáveis, importância de pedir ajuda, a articulação com os cursos de multimédia e a criação de conteúdos destas escolas, o que permitiria que a mensagem fosse construída pelos jovens e para os jovens, promovendo uma campanha preventiva, participativa e próxima da realidade local e com um maior impacto social.”

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA CPCJ DE ARRUDA DOS VINHOS - LÍDIA CARVALHO -----

- - Agradeceu a sugestão que foi dada, e que irá ter em conta, na elaboração do próximo plano de atividades.-----

PONTO N.º 4 - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) PARA 2026-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026



- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que esta revisão, prende-se com a questão de transferência do saldo de gerência do ano anterior, no valor de um milhão de euros, depois, cento e setenta e dois mil euros proveniente da utilização das transferências propostas pelo Orçamento de Estado. -----

- - A salientar algo que é importante e que já se falou hoje, que é esta nova etapa de “Reconstruir Arruda” que, obviamente, custa dinheiro e esta alteração permite fazer já face a essas despesas que vão surgindo, porque está-se a abrir uma rubrica com o título “Reconstrução e reparação dos danos causados pelas intempéries de janeiro a fevereiro de 2026”, ou seja, o que está em causa é um conjunto de verbas, que irão permitir fazer face a um conjunto de situações inerentes a todo este estado de situação de calamidade que exige reparações, que exige conservação, que exige despesas com alimentação e aquisição de bens. A essa rubrica foi averbado o valor de trezentos e quarenta e três mil euros para a primeira etapa, para se iniciar este processo de reconstrução, e para isso tem que haver aqui o sustentáculo para esta reconstrução, porque há um conjunto de intenções, hoje ainda se vai falar de um pacote de medidas, vai-se falar também, em termos de organograma, de uma equipa de missão, e esta verba já é para fazer face a essa despesa que vai ser grande e que vai exigir músculo financeiro para fazer face. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA FÁTIMA RABAÇAL -----

- - “Na última assembleia em dezembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovado o orçamento para dois mil e vinte e seis. Na página oitenta do documento apresentado nesse dia, constava uma verba de transferência para as freguesias no valor de trezentos e trinta mil e quatro euros, no entanto, na página sete do documento apresentado referente a este ponto, constata-se que, o valor destinado às transferências correntes para as juntas de freguesia, totalizam trezentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e três euros, verificando-se uma diferença de dois mil, trezentos e um euros. -----

- - Gostaríamos de saber se há alguma razão para essa diferença e qual foi o critério de atribuição utilizado no reforço da verba para as juntas de freguesia conforme consta na página sete deste documento.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que esta matéria das transferências para a Juntas de Freguesia, em termos de verbas, hoje também há um ponto sobre essas transferências, com aditamentos. Acredita que as freguesias nunca foram tão capacitadas, do ponto de vista financeiro, como foram com este orçamento. Hoje vem para deliberação um aditamento que, mais uma vez, vem reforçar com um conjunto de possibilidades que nunca tinham sido dadas às juntas de freguesia, que algumas aceitaram, nomeadamente a Junta de Freguesia de

Arruda que, a partir de hoje, se for aprovado, passará a ter a gestão de todos os recursos humanos, que é uma coisa que nunca foi feita no concelho de Arruda dos Vinhos. -----

- - Não sabe se esta discrepância tem a ver com a questão dos aditamentos, terá que confirmar, mas pode-lhe garantir que tudo foi estabelecido com as juntas, foi tudo falado com os Presidentes de Junta, por exemplo, a questão dos valores em termos de gasóleo, de inertes, situações de arranjo e conservação de máquinas que estão na posse de juntas de freguesia, e que, não estava previsto em termos de contratos interadministrativos, agora serão onerosas para o município e não para as juntas porque as reparações, irão ser feitas pelos técnicos dos município e com os encargos assumidos pelo município. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - “Eu penso que é a questão da Deputada Fátima Rabaçal relativamente ao critério de distribuição do reforço, pode-se ver que a Junta de Freguesia de Arruda vai receber muito mais, uma vez que também tem muito mais competências, mas depois a Junta de Arranhó encontra-se a rondar os dezassete mil euros, enquanto as juntas de São Tiago e Cardosas tem uma dotação muito mais baixa, no caso de Cardosas a rondar os dois mil e cem euros e o caso de São Tiago dois mil e trezentos euros. -----

- - Nós queríamos perceber como é que foi feito esse critério de atribuição de verbas, nomeadamente para haver esta discrepância tão grande entre esta as duas juntas mais pequenas e a Junta de Arranhó.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ --

- - “Pensava que este assunto iria ser debatido mais à frente, quando fosse a delegação de competências, mas tudo bem, da minha parte e, todos os que me questionaram na altura, comentei com todos o mesmo, ou seja, de que tudo o tinha ficado combinado, pelo menos da minha parte, e é só essa que eu posso garantir, com o Senhor Presidente Câmara, é que estava tudo nos conformes. Na altura era preciso trabalhar muito rapidamente para se conseguir fechar o orçamento municipal, porque na altura eu mencionei que havia necessidade, por parte da Junta de freguesia, ter mais um funcionário ou pelo menos o valor total para a aquisição de mais um funcionário. -----

- - Se se tentar equilibrar as coisas, diria que, até ao momento, a freguesia de Arranhó continua a ser a segunda maior freguesia do concelho, e a que está logo a seguir é São Tiago dos Velhos, que tem cerca de mil e trezentos habitantes, dezassete quilómetros quadrados, com localidades que têm alguma atividade de festas, nomeadamente em São Tiago dos Velhos, A-do-Mourão e Carvalha, pelo menos, enquanto que em Arranhó a realidade é que temos cerca de vinte e um quilómetros e meio quadrados, o dobro da população, ou seja, cerca de dois mil e seiscentos habitantes e a nível de atividade, posso reduzir a Arranhó, Nossa Senhora da Ajuda, Louriceira de Cima, Alcobela de



Cima e Alcobela de Baixo, A-do-Baço, Camondes e Tesoureira. Esta é a realidade e, a nível de mapa de pessoal, o que havia antes da proposta que vem hoje para votação, mais à frente, era quatro funcionários e mais uma verba em São Tiago dos Velhos e quatro funcionários e mais um em verba para Arranhó.-----

- - Na altura comentei com o senhor Presidente que não era justo, mas ele rapidamente me explicou que, na altura era impossível, mas que haveria de alguma forma, se trabalhar o quanto antes para vir agora à primeira assembleia, a possibilidade de acrescentar mais um funcionário à freguesia de Arranhó. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Agradeceu a questão do Deputado Paulo Pereira, porque sim essa é uma pergunta política, porque foi mesmo uma aposta política e uma aposta das juntas de freguesia e isso é claramente político. Houve uma aposta para capacitar as juntas de freguesia com possibilidades financeiras que lhes permitam dar mais respostas aos seus fregueses e isso é uma aposta política. -----

- - Pode acrescentar que, até se foi para lá daquilo que foram as exigências de algumas juntas, tendo dado o exemplo da Junta de Freguesia de São Tiago dos Velhos que disse, quando se fez a reunião, que por ela as coisas podiam ficar como estavam e optava pela manutenção daquilo que era o contrato administrativo no seu grosso modo, relativamente ao que tinha sido anteriormente firmado. Não concordou com ela e propôs alterar as coisas, ou seja, foi-lhe dado mais do que tinha sido pedido, o que ficou acordado, foi que viria a esta Assembleia, um aditamento, porque havia algumas coisas que teriam que ser acrescentadas, e ficou acordado que fazíamos esse aditamento aos contratos. -----

- - Em relação aos critérios, para si são muito óbvios, ou seja, Arranhó não pode receber o mesmo que uma freguesia com uma dimensão inferior, nomeadamente, do ponto de vista populacional, bem como em relação a São Tiago dos Velhos e Cardosas não podem receber o mesmo que uma freguesia que é superior do ponto de vista geográfico e populacional, ou seja, há uma dimensão geográfica, uma dimensão populacional e uma dimensão de transferência de competências correspondente, aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Arranhó falou nunca foi feito, ou seja, nunca tinha sido feito um encontro de necessidades, vontades e disponibilidades relativamente aquilo que são os recursos humanos das juntas, porque o que existia nunca correspondeu àquilo que estava no papel, e foi essa vontade política de liderar um processo e de estabelecer novos contratos administrativos onde essas justiça fosse feita. -----

- - Como todos os concursos, na função pública, são muito difíceis de levar por diante, num espaço curto de tempo, foi feito um acerto de verbas, e é por isso que há essa disparidade entre as diferentes juntas, para contratarem, ou seja, se conseguirem esse

autêntico milagre de contratar alguém, ou então pela contratação de outsourcing, como o próprio município tem feito em alguns setores, com a contratação de serviços e de empresas para fazer face aquilo que são as necessidades dos fregueses que representam.

- - Para completar todo este processo, num dos pontos da ordem de trabalhos de hoje, também é proposto um conjunto de medidas, mas mesmo assim, pensa que terá que se ir ainda mais além, porque neste somatório de destruição que assolou e continua a assolar o concelho, os problemas continuam a existir e a persistirem, vai ser necessário ajudar ainda mais as juntas, porque têm caminhos rurais para resolver, e para isso precisam de mais ajuda, seja em materiais ou seja naquilo que for preciso.-----

- - Também se tem feito algum intercâmbio, para ajudar, ou seja, se for preciso a câmara vai ajudar a desobstrução de algum caminho rural, estamos todos para reconstruir e tornar os munícipes e os fregueses com a capacidade de levarem uma vida normal novamente.-----

- - Mesmo indo mais além, é normal que as juntas digam que é insuficiente, também concorda, e também gostava que o orçamento municipal também fosse mais que vinte e dois milhões de euros, em que cerca de setenta por cento vai logo para despesa corrente.

Deliberação-----

- - Foi deliberado por unanimidade dos presentes, aprovar a 1.^a revisão ao orçamento (modificativa) para 2026, bem como a 1.^a revisão às GOP (modificativa), as quais ascendem a €1.270.004,00 e €1.187.004,00, respetivamente. -----

- - A presente modificação orçamental, de natureza modificativa, implica um aumento global do orçamento no montante de €1.270.004,00.-----

- - Durante a votação o Deputado José Carlos Silva, não se encontrava presente na sala-

PONTO N.º 5 - INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DOCUMENTOS DE GESTÃO RELATIVOS AO 1.º SEMESTRE DE 2025-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que é um documento técnico fala-se muito em transparência, e o que está aqui em causa é precisamente isso, tem uma informação de um auditor externo, relativamente àquilo que é a informação facultada e que foi também distribuída, atempadamente, sobre a situação económica e financeira do município.-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO SÉRGIO AGOSTINHO -----

- - Referiu que o resultado líquido do primeiro semestre de dois mil e vinte e cinco reflete o resultado negativo de menos cento e setenta mil euros, o que contrasta com o valor positivo, face ao mesmo período homólogo em que havia um resultado positivo de quinhentos e oitenta e cinco mil euros. -----

- - Questiona a que se deve esta degradação do resultado líquido e, se já existe previsão de fecho para o ano dois mil e vinte e cinco. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDNETE DA CÂMARA -----

- - Uma vez que é uma pergunta muito técnica, solicitou ao Chefe da Divisão Financeira e de Recursos Humanos que tomasse da palavra para dar essa explicação. -----

INTERVENÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS - DR. BRUNO ANÁGUA -----

- - Referiu que a justificação está no relatório e que acaba por ser relativamente sintética, mas essencialmente, deveu-se a um aumento com fornecimento de serviços externos, há um elevado gasto com despesas de conservação, com as refeições escolares que tiveram um acréscimo no valor unitário e também nos consumos, já se fez essa análise e houve a necessidade de se ter um contrato adicional, a iluminação pública também teve algum acréscimo, mas essencialmente a conservação de vias municipais em que houve algum investimento que nem sempre é considerado investimento, mas depois são contabilizadas como conservação, mas não entram no conceito de despesa de capital, porque não é considerado uma grande reparação face ao montante que esteja inventariado. -----

- - Depois também há um aumento dos gastos com pessoal, por força de alguma entrada de pessoal especialmente no final o ano anterior, e quando se faz a comparação é por semestre em termos de gastos, e com essa entrada de pessoal houve algum acréscimo com a atualização salarial e os encargos sociais que daí advêm. -----

- - Assim, houve um contributo na ordem de seiscentos e sessenta mil euros com o fornecimento de serviços externos e quatrocentos e quarenta mil euros a mais quando comparado com o período homólogo, de gastos com o pessoal. -----

- - Também as transferências e subsídios concedidos tiveram um aumento na ordem dos oitenta e sete mil euros e aqui as transferências para as juntas também contribuem de alguma forma, com algum reforço que houve no pacote do ano passado, a repetir este ano, obviamente. -----

- - Em relação ao fecho do ano, referiu que ainda se está a preparar a documentação e por isso ainda não consegue antecipar, em termos de gastos, porque ainda se está a especializar o exercício e, portanto, não consegue avançar com valores, mas em termos de dívida não será muito diferente da que foi apresentada no semestre, quanto muito há uma alteração na exigibilidade da dívida, ou seja, um alívio maior a curto prazo no final de hoje. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO SERGIO AGOSTINHO -----

- - “O Dr. Bruno Anágua disse que, efetivamente, existe aqui um aumento do quadro de pessoal face ao período homólogo. Atendendo que nós estamos, novamente, a aumentar os custos com fornecimentos externos, que tipo de contratações e que tipo de funções é que se está a contratar? -----



- - Do lado dos ganhos, uma das principais alavancas são os impostos, contribuições e taxas, tais como a Derrama, o IMI, o IMT, taxas de resíduos, mas como no programa do executivo está previsto a redução dos impostos, como é que vamos compensar esta perda de rendimentos.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O que foi dito pelo Dr. Bruno Anágua, foi o enquadramento técnico / financeiro, mas tudo aquilo que foi identificado, do ponto de vista financeiro, também tem uma justificação política e é essa que vai passar a explicar. -----

- - Nomeadamente aquilo que são as despesas de conservação que estão na rubrica da despesa, mas isso é fruto daquilo que são as exigências do ponto de vista dos munícipes e durante muito tempo, nas redes sociais havia uma exigência por parte dos munícipes e também por parte da oposição, que era uma intervenção rápida e musculada naquilo que era a higiene urbana e naquilo que era limpeza e deservação do concelho, obviamente, que o executivo tomou boa nota dessas críticas e entenderam que muitas delas até faziam todo o sentido, que havia condições anormais que levavam a um crescimento anormal da vegetação, mas obviamente, tinha que se fazer face a isso e está aqui a fatura. -----

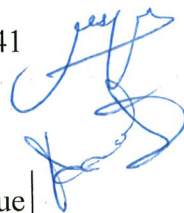
- - Quando a oposição trás às reuniões de câmara críticas no que diz respeito à limpeza urbana e recolha de monos, dizendo que é deficitária, em certos períodos é verdade que isso é mais visível, nomeadamente, no verão, por isso contratou-se mais empresas, e este ano vai-se voltar a contratar, para fazer face aquilo que é uma necessidade, mas tudo isso tem custos, que estão mencionados no documento. -----

- - Deservações, limpezas de linhas de água, também é feito com outsourcing que custa dinheiro, a aposta foi política, mas isso tem encargos financeiros. -----

- - Em relação ao aumento com as despesas de alimentação nas escolas, é simples de justificar, porque aumentaram as turmas, porque como sabem, com o fecho de salas na Santa Casa da Misericórdia, teve que se fazer mais turmas porque essas crianças vieram para o pré-escolar. Obviamente que tínhamos que dar resposta, porque a educação é um investimento e uma alavanca de desenvolvimento do concelho, mas tudo isso tem custos. -----

- - Em relação ao pessoal, claro que sim, dando o exemplo das escolas, está presente uma coordenadora de um Centro Escolar, que lhe está sempre a pedir mais gente, porque dizem que há sempre poucas pessoas. -----

- - Está-se muito acima dos rácios, mas temos critérios de qualidade e de exigência das próprias coordenadores para se contratar mais pessoas, mas em termos de assistentes operacionais nas escolas, os números estão muito acima de tudo aquilo que é exigido



por lei, mas o executivo preocupa-se com a segurança e qualidade nas escolas o que exige auxiliares e tudo isso tem custos.-----

- - Também houve retificações em termos de salários, exigidos por lei, que são as valorizações de carreira, tudo isso é necessário, tudo isso é incontornável, tudo, isso é uma fatura que dá este diferencial em termos de comparação com períodos homólogos.

- - Depois também há a situação da iluminação, que a oposição costuma criticar em termos de segurança rodoviária, o executivo fez essa aposta que teve custos financeiros.

- - Todas estas situações que descreveu, são um conjunto de faturas e de despesas que foram feitas em termos de investimentos e que foram ao encontro daquilo que a população e a oposição exigiram ao executivo e fez-se porque achou-se que havia razão para fazer. -----

- - Relativamente à questão das taxas, referiu que é uma aposta política, este executivo quer ser cada vez mais um concelho atrativo, quando é confrontado com aquelas entrevistas que, infelizmente, colocaram diariamente Arruda nos telejornais, e diz, infelizmente, porque os motivos são bons, tem identificado alguns fatores de crescimento de Arruda, que tem crescido e tem estado em contraciclo, comparando com os outros concelhos. -----

- - O que tem trazido mais pessoas para Arruda é a aposta na educação, ou seja, a educação é um fator de atratividade para o crescimento do Concelho, por isso, tem que se apostar na educação, a segurança também é um fator importante, a saúde, embora ela esteja a saque, também é um fator importante, porque em Arruda há uma cobertura de cem por cento de utentes com médico de família.-----

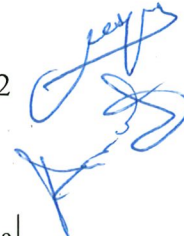
- - Podemos ser críticos, mas a verdade é quando fala com os colegas de outros municípios, eles até se zangam, porque quando se queixa que quer fazer obras no Centro de Saúde, eles dizem que só gostavam de ter mais médicos de famílias para os seus munícipes.-----

- - A mobilidade e a rede rodoviária, também é um fator de atratividade.-----

- - Como se quer ser atrativo para as empresas, tem que haver uma atenção do ponto de vista da Derrama.-----

- - É claro que tudo aquilo que são impostos diretos pode-se, entre aspas, abdicar dessa receita para ajudar as famílias e as empresas, e o executivo, dentro daquilo que são as possibilidades do ponto de vista da sustentabilidade e da saúde financeira, baixa as taxas, aliás, no ponto seguinte da ordem de trabalhos, uma das coisas que lá está é precisamente abdicar algumas taxas de forma a ajudar as famílias que foram afetadas pelas intempéries. -----

Deliberação-----



-- Foi deliberado por unanimidade, aprovar os documentos de gestão relativos ao 1.º semestre do ano de 2025, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta, e são parte integrante como anexo. -----

-- 1. Relatório de auditoria e informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município em 30/06/2025 -----

-- 2. Balanço em 30/06/2025 -----

-- 3. Demonstração dos resultados por natureza em 30/06/2025 -----

-- 4. Demonstração das alterações no Património Líquido em 30/06/2025 -----

-- 5. Demonstração do desempenho orçamental em 30/06/2025 -----

-- 6. Demonstração de Execução Orçamental da Receita em 30/06/2025 -----

-- 7. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa em 30/06/2025 -----

-- 8. Demonstração dos Fluxos de Caixa em 30/06/2025 -----

-- 9. Execução anual das Grandes Opções do Plano em 30/06/2025 -----

-- Durante a votação o Deputado Jorge Tenente, não se encontrava presente na sala-----

PONTO N.º 6 - PROPOSTA DE MEDIDAS VISANDO ATENUAR O IMPACTO DAS OCORRÊNCIAS EM CONSEQUÊNCIA DAS INTEMPÉRIES-----

-- Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro-----

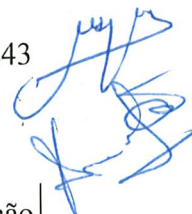
INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

-- Referiu que este documento é um pacote consolidado de medidas excecionais de apoio à calamidade, de forma a fazer face aos danos causados pelas tempestades e que estabelece um programa de apoio imediato e recuperação estrutural.-----

-- Com um apoio direto de emergência social, com o programa “Fundo Municipal de Emergência”, com subsídios a fundo perdido para famílias com baixos rendimentos, idosos e pessoas com deficiência. A distribuição de bens essenciais com a entrega de kits de emergência com produtos de higiene, roupa de cama e alimentos não perecíveis. Alojamento temporário em forma de realojamento urgente com protocolos locais para habitações inabitáveis, com apoio psicológico de consultas gratuitas para apoio emocional às famílias afetadas. -----

-- As medidas fiscais e alívio económico prende-se com a isenção das taxas municipais com a suspensão temporária de custos de licenciamento de reconstrução, ocupação da via pública para obras e emissão de certidões; pedido de isenção de pagamento (A10), com a integração de mecanismo facilitado para a isenção de pagamentos relacionados com o formulários / taxas A10 para os munícipes afetados. Benefícios em impostos e tarifas com a isenção do IMI por um ano para os imóveis degradados pelas intempéries, redução / isenção da derrama para empresas locais com quebras de faturação devido às intempéries, isenção ou tarifa social nas faturas de água, saneamento e resíduos (6 a 12 meses), para as habitações afetadas. A flexibilização de pagamentos, ou seja, alargamento de prazos e planos de pagamento sem juros para dívidas ao município. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026



- - Em relação ao apoio técnico, logístico e operacional, vai-se fazer uma alteração orçamental para a criação de uma rubrica específica denominada “Reconstruir Arruda”, a qual será dotada com a verba resultante da transição de saldo, garantindo o financiamento imediato das ações de recuperação. Atribuição de um subsídio excecional, às quatro Juntas de Freguesia, especificamente destinado à limpeza de valetas e recuperação de caminhos agrícolas. Avaliação técnica imediata e gratuita, para identificar danos estruturais e necessidades de intervenção. Apoio municipal direto, com equipas de intervenção rápida, na limpeza de habitações, remoção de entulho e pequenas reparações urgentes. Criar uma estrutura dedicada para a gestão e execução técnica de projetos de execução, intitulada “Unidade de Missão - Reconstruir Arruda”. Recurso ao ajuste direto para reparação urgente de vias, muros e taludes de segurança. -

- - Articulação com entidades e diplomacia, com facilitação no acesso a prestações sociais e apoio ao rendimento. Articulação com IPSS e associações de voluntariado e gestão de donativos. Reclamação formal junto da CCDR-LVT e Governo para inclusão no Estado de Calamidade e acesso ao Fundo de Emergência Municipal. Trabalho conjunto com a banca para soluções de crédito bonificado a munícipes e empresas. -----

- - No âmbito da transparência e comunicação proactiva, o balcão único de apoio será o ponto central de atendimento físico para pedidos de ajuda e esclarecimentos. O Portal online “Arruda Recupera” será um repositório digital com formulários de apoio de apoio, prazos e atualização diária da situação. Será feita uma publicação regular das despesas e apoios atribuídos para total transparência pública. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA JOSÉ ANTUNES -----

- - “O Juntos por Arruda está ciente e já contribuiu para o plano “Reconstruir Arruda”, aquando da reunião entre os partidos com o executivo da Câmara, no entanto, hoje gostaríamos de propor a inclusão de uma nova medida. -----

- - Assim, propomos contratualizar seguros para as redes viárias municipais, nomeadamente as de nova construção de vias que permitem interligação entre concelhos e freguesias.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO LOURENÇO -----

- - “Ficámos genuinamente satisfeitos por ver que grande parte deste plano nasce das conversas tidas em conjunto nos dias difíceis. -----

- - Isso demonstra maturidade institucional. E prova uma evidência simples: não interessa se somos azuis ou cor-de-rosa. O que interessa é sermos Arruda. -----

- - É importante termos consciência que o estudo do LNEC não é “um mero papel”. É potencialmente um antes e um depois. Um antes e um depois no planeamento. No PDM. Nos licenciamentos. E, acima de tudo, no Ordenamento do Território. -----



- -Porque se o território nos deu um aviso, a pior resposta política seria reconstruir como se nada tivesse sido aprendido. Isso não seria prudência. Seria repetição. E repetição, em política pública, quando já conhecemos as fragilidades, tem um nome claro: irresponsabilidade. -----

- - Reconstruir Arruda não pode ser apenas repor. Tem de ser corrigir. -----

- - Porque gastar milhões para regressar exatamente ao ponto frágil de antes não é reconstrução — é regressão disfarçada.-----

- - Por isso, Sr. Presidente, nós estaremos ao vosso lado no que for preciso. Mas com exigência.-----

- - Aquela exigência que já todos reconhecem... vinda dos “chatos” dos liberais.-----

- - Seremos exigentes com: -----

– prioridades claras: o que é estrutural e o que é acessório; -----

– critérios técnicos públicos: para que todos saibam porque certas obras avançam e outras aguardam; -----

– fiscalização reforçada: para que não se reconstruam fragilidades; -----

– indicadores de execução e controlo financeiro: para que a população saiba quanto foi feito, quanto custou e o que falta fazer. -----

Porque transparência não é desconfiança. É respeito por quem paga.-----

E há uma pergunta que é justa. Serena. Mas absolutamente indispensável: Como vai o Executivo financiar tudo isto?-----

- - O plano apresentado é, em grande parte, municipal. Mas o ónus não pode ser exclusivamente municipal.-----

- - A população tem o direito de saber: -----

– qual a parte que o Município consegue suportar sem hipotecar o futuro; -----

– que apoios concretos estão garantidos pelo Governo Central; -----

– qual a calendarização realista de financiamento;-----

– e qual o impacto nas contas municipais e nos investimentos essenciais. -----

- - Sem estas respostas temos boas intenções. Com estas respostas temos estratégia. ----

- - E até acreditamos que de momento ainda não existam esses dados. Mas deixamos o repto para os partilhar com a Assembleia assim que dele tiver conhecimento. -----

- - Deixem-me ainda acrescentar algo com frontalidade: não queremos desculpas futuras!-----

- - Já demonstrámos que, quando Arruda se une, consegue.-----

- - Se houver bloqueios do Governo, queremos saber. -----

- - Se houver atrasos na libertação de verbas, queremos saber. -----

- - Se houver entraves burocráticos, queremos saber.-----

- - Não para fazer teatro político. -----

- - Mas para agir. -----
- - Para pressionar. -----
- - Para desbloquear. -----
- - Ou, se necessário, para expor. -----
- - O que não aceitaremos é silêncio administrativo que se transforme em atraso estrutural. -----
- - Sr. Presidente, -----
- - Permita-me terminar com uma frase que não é slogan — é compromisso: Arruda não pode voltar ao que era. Arruda tem de voltar melhor do que era.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

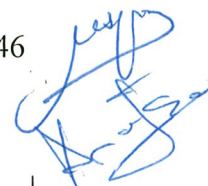
- - Referiu que está muito de acordo com o Deputado Pedro Lourenço, mas irei responder primeiro à Deputada Maria José Antunes, tendo referido que é uma pergunta interessante e gostava de saber em que indicadores é que se basearam para apresentarem a proposta, será que a proposta faz sentido do ponto de vista custo / benefício? Fizeram um estudo comparativo? Há casos de estudos sobre essa matéria?” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PAULO PEREIRA -----

- - “Senhor Presidente, o que nós achamos é que tendo em conta todo o investimento que vai ser feito nestas redes viárias e na reposição das que foram afetadas, nomeadamente, naquelas que fazem ligação primordial entre as freguesias e os outros concelhos, não estamos a dizer para se assegure todas as vias municipais, o que nós estamos a dizer é que se faça um levantamento das mais importantes e das que vão ser requalificadas, para que numa eventual situação parecida com esta, dada as alterações climáticas, porque cada vez vamos viver mais situações destas, pelo menos, o município consiga, de certa forma, junto das seguradoras, fazer esse tipo de recolha de dinheiro, e não estar tão dependente de decisões alheias. -----
- - Em relação ao valor estimado, é uma questão técnica não consigo responder, mas acho que faz todo o sentido, porque se vai haver este investimento tão grande no nosso concelho, que nós consigamos proteger essa mesma posição e acaba por ser um bocadinho uma posição de resiliência, ou seja, é criar não só resiliência, mas também redundância na parte da capacidade de proteção daquilo que são os nossos ativos e redes viárias que fazem parte das estruturas do município e, é nesse sentido que nós fazemos esta proposta, no fundo para ser estudada e pensada.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES -----

- - Tentando dar uma ajuda, referiu que quando era administradora do condomínio no Herdade do Cerejeiro, houve um litígio com a Câmara Municipal, colocou-se a questão, de o condomínio fazer seguro das estradas, uma vez que se queria fechar o condomínio,



e o seguro era cinquenta mil euros por ano, e rapidamente se percebeu que o retorno do investimento não justificava. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Pegando no exemplo que foi dado, obviamente que a escala é outra, pensa que responde à questão. -----

- - Quando questionou sobre a avaliação, não era uma avaliação técnica, pediu um número, porque quando se faz uma proposta desta envergadura, com a rede viária que está afetada, tem que se ter uma ideia de um número ou de uma estimativa, não solicitou nenhuma avaliação técnica, pediu um número, indicadores e um caso onde essa situação esteja implantada. -----

- - Referiu que esta discussão já aconteceu na CimOeste, e por isso, levando isso em sugestão, não lhe parece é que seja credível.-----

-- Em todo o Oeste, pensa que há um único município que tem esta situação, que é Alcobaça. Quando veio, ao concelho, a IP - Infraestruturas de Portugal, a pergunta que fez ao Presidente da IP foi precisamente essa, ou seja, se eles tinham seguro, e a resposta que obtive foi “Que eu tenha conhecimento, não”. -----

- - Agora a IP não tem seguro para as estradas nacionais, e os Senhores querem fazer isso para as estradas municipais, com custos que são do ponto de vista de custo / benefício aquilo que, numa escala menor, como a Deputada Rita Nunes nos acabou de demonstrar.-----

- - “Peço imensa desculpa, mas essa sugestão não faz sentido, e acrescento outro exemplo, numa área que não é esta, sabe o que aconteceu na tempestade Martinho? Houve uma série de árvores que caíram para a via pública e caíram para cima de bens de pessoas, nomeadamente carros, ativou-se os seguros, e o que foi dito pelas seguradoras é que os seguros não cobrem situação de intempérie. É esta a visão que temos dos seguros relativamente à sua sugestão, portanto, agradeço a sugestão, mas honestamente, não faz sentido.” -----

- - Em resposta ao Deputado Pedro Lourenço e em relação ao PTRR - Portugal, Transformação, Recuperação e Resiliência, referiu que concorda com grande parte da intervenção, porque um problema que tem um racional que ascende os vinte milhões de euros, não é um problema municipal é um problema público, o que está aqui em causa é a incapacidade da maioria dos municípios fazerem face a um problema que é público e que querem transformar num problema municipal. Aquilo que foi quase uma obsessão, a solicitar a situação de calamidade, era porque se não houvesse isso não havia apoios, não havia enquadramento para candidaturas e não havia a capacidade de Reconstruir Arruda, e aquilo que o Ministro lhe disse é que isso só era importante para a Proteção Civil, mas não é nada disso, e por isso é que só existem duas dezenas de candidaturas na

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

CCDR-LV por parte dos munícipes, porque nem sequer podiam concorrer se não fosse decretado a situação de calamidade.-----

- - Conseguir fazer melhor, todos queremos, todas estas intervenções que estão em cima da mesa, vão ter projeto de execução, vão ter uma avaliação técnica, o LNEC já esteve no terreno e vai ter que voltar e vai ter que haver uma avaliação muito mais profunda, porque há estradas com autênticas crateras.-----

- - É preciso ser realista, isto é um processo que vai ser oneroso e moroso, e é preciso a intervenção do Governo, mas depois vê-se no PTRR vejo projeto intenções, não se vê mais do que isso. -----

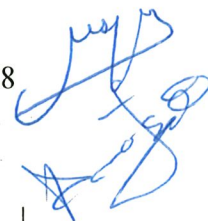
- - “Ao executivo toda a gente pede um valor, como pedi agora ao Deputado Paulo Pereira, mas o Governo diz que agora não há valor disponível, e que se vai ver a seguir, é preciso saber quando é que as verbas estão disponíveis para os municípios. -----

- - Começou-se com algumas dezenas de municípios em situação de calamidade, e bem até porque tiveram problemas muito mais cedo que Arruda, depois aumentou-se para os outros, mas só para a Proteção Civil que servia a situação de calamidade, agora o Governo diz que já é para toda a gente. Questiono se temos capacidade financeira para isso tudo? Primeiro estava-se a fazer contas para inserir Arruda, Sobral e Alenquer, agora já é para toda a gente. Peço desculpa, mas fico um bocadinho desconfiado, e quem é que vai pagar isto?-----

- - Aquilo que são os encargos do município face a todas as situações, não é só os vinte e dois milhões de euros de orçamento que eu tenho falado, é transferência de competências na área da saúde, na área da educação, na área social, e tudo isso custa dinheiro e nada veio com envelope financeiro suficiente, aquilo que são os encargos com os transportes escolares que as escolas me pedem têm um custo e, a verba que vem do Governo não tem nada a ver, quem é que paga a fatura, que o Dr. Bruno Anágua falou do pessoal para as escolas? É o município, como devem calcular, quem paga toda a logística que está no Centro de Saúde de Arruda? Claro que é o município. -----

- - Esta questão da rede rodoviária também tem outro problema, que foi a desclassificação de estradas, ou seja, em cima destas transferências de competências, houve a desclassificação de estradas, aquela estrada na zona do Casalinho, que a câmara já fez uma intervenção, já é uma estrada municipal, é o município que a tem que requalificar. -----

- - Com todo este somatório, espero que o Estado Central faça essa capacitação financeira, mas o dinheiro é preciso para ontem, porque vai-se começar as obras de maior volumetria, assim que o dinheiro entrar na Câmara, mas o Governo anda a falar que as verbas só estarão disponíveis em abril. Ao executivo é exigido que as respostas sejam imediatas, todas as intervenções que apareceram no vídeo, custaram dinheiro,



está-se a abrir rubrica com trezentos mil euros, e do Estado, até agora foi, o que veio foi zero, mas tenho algumas dúvidas que o Governo consiga fazer face a todas as despesas de todos os municípios, porque só para Arruda são mais de vinte milhões. -----

- - Eu tenho esperança, mas a verdade é que estou céptico relativamente a este PTRR que é só um projeto de intenções e que vai zigaziando naquilo que é o seu alcance. -----

Deliberação-----

- - Foi deliberado por unanimidade, aprovar o seguinte conjunto de medidas, que visam mitigar algumas das consequências das intempéries no seio das famílias afetadas: -----

- - Plano Municipal de Intervenção: "Reconstruir Arruda" -----

- - Pacote Consolidado de Medidas Excecionais de Apoio à Calamidade -----

- - O Município de Arruda dos Vinhos, face aos danos causados pelas recentes tempestades, estabelece o seguinte programa de apoio imediato e recuperação estrutural:

- - 1. Apoio Direto e Emergência Social -----

- - Fundo Municipal de Emergência: criação de um fundo de emergência social, através de regulamento próprio, para atribuição de subsídios às famílias afetadas, com vulnerabilidade sócio-económica, idosos e pessoas com deficiência, para aquisição de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água e energia; -----

- - Distribuição de Bens Essenciais: Entrega de kits de emergência, às famílias afetadas, com produtos de higiene pessoal e habitacional, roupa de cama, alimentos não perecíveis; -----

- - Alojamento Temporário: Realojamento urgente com protocolos locais para habitações inabitadas. -----

- - Apoio Psicológico: Aconselhamento psicológico gratuito para apoio emocional às famílias afetadas -----

- - 2. Medidas Fiscais e Alívio Económico -----

- - Isenção de Taxas Municipais: isenção das taxas de licenciamento para reconstrução, ocupação de via pública para obras e emissão de certidões, com vista à recuperação dos imóveis afetados; -----

- - Pedido de suspensão de pagamento das taxas da portagem (A10), junto do Ministério da Infraestruturas, face ao colapso/interdição de algumas vias municipais. -----

- - Benefícios em Impostos e Tarifas: -----

- - Compensação do imposto municipal sobre imóveis (IMI), liquidado no ano de 2026, que incida sobre habitação própria e permanente. -----

- - Redução/isenção de derrama para empresas locais com quebras de faturação no pacote fiscal a aprovar em outubro de 2026 -----

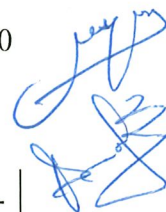
- - Isenção de tarifas fixas nas faturas de água, saneamento e resíduos (12 meses), para as habitações afetadas. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - Flexibilização de Pagamentos: Alargamento de prazos – 12 meses - e planos de pagamento sem juros para dívidas ao município, para as famílias afetadas. -----
 - - 3. Apoio Técnico, Logístico e Operacional -----
 - - Alteração Orçamental e Financiamento: Realização de uma alteração orçamental para a criação de uma rubrica específica denominada "Reconstruir Arruda", a qual será dotada com a verba resultante da transição de saldo, garantindo o financiamento imediato das ações de recuperação. -----
 - - Reforço Extraordinário às Freguesias: Atribuição de um subsídio excecional às Juntas de Freguesia de Arranhó, Cardosas, S. Tiago dos Velhos e Arruda especificamente destinado à limpeza de valetas e recuperação de caminhos agrícolas. --
 - - Vistorias Gratuitas: Isenção de taxas para avaliação técnica imediata para identificar danos estruturais -----
 - - e necessidades de intervenção. -----
 - - Equipas de Intervenção Rápida: Apoio municipal direto na limpeza de habitações, remoção de entulhos e pequenas reparações urgentes. -----
 - - Equipa de Missão "Reconstruir Arruda": Criação de uma equipa dedicada para a gestão e execução técnica do projeto de reconstrução. -----
 - - Contratação Simplificada: Recurso ao Ajuste Direto para reparação urgente de vias, muros e taludes de segurança. -----
 - - 4. Articulação com Entidades e Diplomacia -----
 - - Parcerias Locais: Articulação com IPSS e associações para mobilização de voluntariado e gestão de donativos. -----
 - - Pressão Institucional: Reclamação formal junto da CCDR - LVT e Governo para inclusão no Estado de Calamidade e acesso ao Fundo de Emergência Municipal (FEM).
 - - Protocolo Bancário: Trabalho conjunto com a banca para soluções de crédito bonificado a munícipes e empresas. -----
 - - 5. Transparência e Comunicação Proativa -----
 - - Balcão Único de Apoio: Pontos de atendimento físico para pedidos de ajuda e esclarecimentos – espaços do cidadão. -----
 - - Portal Online "Arruda Recupera": Repositório digital com formulários de pedido de apoio, prazos e atualização diária da situação. -----
 - - Prestação de Contas: Publicação regular das despesas e apoios atribuídos para total transparência pública. -----
- PONTO N.º 7 - PROJETO DE REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro. -----
Intervenção do presidente da câmara-----

O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto



INTERVENÇÃO DA DEPUTADA CÉLIA LAVADO -----

- - “Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa saúdo todas e todos os membros desta Assembleia e munícipes aqui presentes. Cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara e nele todo o Executivo Municipal. -----
- - Em nome da bancada do PS gostaria de começar por enaltecer este Regulamento da Organização dos Serviços do Município, que representa um passo importante para reforçar a capacidade, a eficiência e a qualidade da resposta da Câmara Municipal aos desafios atuais e futuros do concelho. Justifico-o em 5 pontos: -----
- - A Modernização e adaptação aos novos desafios -----
- - Este regulamento demonstra uma clara preocupação em adaptar a estrutura municipal à realidade atual e em resposta às crescentes exigências colocadas às autarquias, fruto do processo de descentralização de competências. -----
- - Uma Estrutura mais eficiente, flexível e funcional -----
- - A organização proposta, baseia-se num modelo flexível e hierarquizado, permitindo maior eficiência e melhor articulação entre os serviços, facilitando a coordenação interna e redundâncias. -----
- - O reforço da qualidade dos serviços prestados à população -----
- - Como expresso no documento, o objetivo central desta reorganização é claro, melhorar o serviço prestado aos e às munícipes e tornar a administração mais próxima. -
- - A melhoria da coordenação e da capacidade de execução. -----
- - A clarificação das competências e responsabilidades das várias unidades orgânicas contribui para uma maior eficácia na implementação das políticas municipais, permitindo também melhorar o acompanhamento dos processos e reforçar a responsabilização das chefias e serviços. -----
- - A adequação da proposta a uma Câmara Municipal de média dimensão -----
- - Esta proposta apresenta uma estrutura organizacional equilibrada e ajustada à realidade de um município de média dimensão como Arruda dos Vinhos, evitando modelos excessivamente complexos, ou criando estruturas desnecessárias, partindo da realidade e promovendo uma melhor distribuição funcional, com o reforço pontual de áreas estratégicas, nomeadamente a equipa de Missão “Reconstruir Arruda” e o Gabinete de Projetos Estratégicos e Fundos Comunitários. -----
- - Por estas razões, esta é uma proposta que merece o nosso reconhecimento e apoio da bancada do PS.” -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RAQUEL CARVALHO -----

- - “Relativamente a este ponto gostaríamos de perceber se a afetação dos recursos humanos, a cada unidade orgânica, que já está definida, derivado à questão hierárquica, como é que ela se distribui? -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - Gostariam de perceber se este modelo foi baseado na experiência de outras câmaras municipais ou se foi o próprio executivo que achou melhor ser implementado este modelo?-----

- - Parabenizar pela intenção da criação do gabinete de projeto estratégicos e fundos comunitários, que consideramos de elevada importância, porque da experiência que têm, estas parcerias são uma mais valia, porque as empresas destas áreas de projetistas, é a forma mais económica para o município, porque são empresas da especialidade que trabalham só esse tipo de projetos e com isso permitem que depois sejam remunerados apenas quando existem oportunidades de mercado.” -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Relativamente às questões da Deputada Raquel Carvalho, sobre os lugares referiu que há algumas situações que ficam em aberto no organograma, mas consoante aquilo que são as fases e consoante as necessidades, serão supridas, aquilo que foram os casos identificados serão através de concurso público. -----

- - Relativamente à questão se houve algum tipo comparativo com outros municípios, referiu que sim que houve esse comparativo, nomeadamente, aquelas que têm uma dimensão semelhante à de Arruda, mas fez-se esse trabalho prévio. Depois também houve a auscultação perante os serviços e há muito input que os próprios serviços deram sobre as suas necessidades, as necessidades que do ponto de vista dos munícipes e do feedback dos munícipes que também foram tidos em consideração, ou seja, há diferentes planos de informação e de recolha de informação que levaram a esta decisão final. -----

- - Obviamente que também houve uma visão estratégica, uma ação política e uma decisão política do que se quer para o município e do que se está a idealizar e a pensar. -

- - Relativamente à questão dos projetistas, referiu que está bastante de acordo com o que a Deputada disse, mas tem uma esperança na CimOeste que está a pensar de uma forma muito interessante, do ponto de vista daquilo que é a coesão territorial em todo o Oeste, e isso significa que, do ponto de vista das intempéries, por exemplo, está-se a contratar cerca de três dezenas de técnicos, e até há a possibilidade de, aquela parte que valou nas medidas, em relação às vistorias, alocar aos próprios município técnicos para ajudar nessas vistorias. -----

- - Relativamente à sua intervenção, referiu que não podia estar mais de acordo com a questão dos projetistas, e há a possibilidade e a ambição, do ponto de vista da CimOeste haver serviços partilhados e a possibilidade, dos projetos de execução, serem feitos na CimOeste, o que para si e para todos os municípios mais pequenos, era um sonho.-----

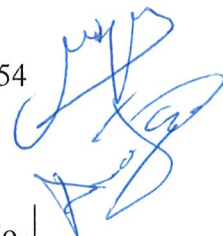
Deliberação-----

- Foi deliberado por maioria, aprovar, com a abstenção da bancada Juntos por Arruda:

- - Ponto n.º 1 - Nos termos da alínea a) do art.º 6.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 9.º e n.ºs 1 e 3 do art.º 10.º, todos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, manter a adoção de um modelo de estrutura Hierarquizada, constituída por uma estrutura orgânica flexível; -----
- - Ponto n.º 2 - Nos termos da alínea c) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, manter unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, com as competências que já lhes foram atribuídas, com a recondução automática das comissões de serviço dos atuais titulares de cargos dirigentes, assim como, a atribuição das respetivas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais (n.º 1 e 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto); -----
- - DFRH – Divisão Financeira e de Recursos Humanos; -----
- - DOAQV – Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida. -----
- - Ponto n.º 3.1 - Nos termos da alínea c) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, prever a existência de oito unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau, mantendo a UAM – Unidade Administrativa e de Modernização, a USSDA - Unidade Social, de Saúde, de Desporto e Associativismo e a UECTJ - Unidade de Educação, Cultura, Turismo e Juventude, com as competências que já lhes foram atribuídas, com a recondução automática das comissões de serviço dos atuais titulares de cargos dirigentes e criando cinco novas unidades orgânicas, cujas competências abaixo se definem, dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau ou inferior (n.º 2 do art.º 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto); -----
- - Unidade de Recursos Humanos (URH) com as seguintes competências: -----
- - a) Assegurar a elaboração do mapa de pessoal e respetivas atualizações; -----
- - b) Assegurar a remessa de informações e demais documentos exigidos por lei, sobre matéria da sua competência, aos serviços competentes da administração central ou outras entidades públicas; -----
- - c) Coordenar as atividades de planeamento e gestão dos recursos humanos; -----
- - d) Assegurar a correta e efetiva aplicação da avaliação de desempenho no município, ao nível do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP); -----
- - e) Assegurar a elaboração do Balanço Social; -----
- - f) Assegurar a execução de todas as tarefas e funções que se inserem no domínio dos recursos humanos; -----
- - Unidade de Gestão Financeira (UGF) com as seguintes competências: -----

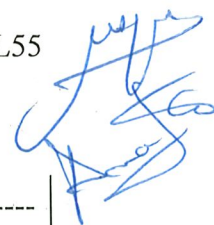
Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - a) Assegurar a elaboração dos documentos previsionais, em colaboração com as várias unidades orgânicas, bem como as alterações e revisões que se afigurem necessárias, com base em estudos de avaliação das receitas e das despesas municipais, em conformidade com os objetivos definidos pelo executivo municipal; -----
- - b) Assegurar a remessa de informações e demais documentos exigidos por lei, sobre matéria da sua competência, aos serviços competentes da administração central ou outras entidades públicas; -----
- - c) Coordenar as atividades relacionadas com a gestão financeira e patrimonial; -----
- - d) Colaborar na disponibilização de informação no âmbito das auditorias internas e externas; -----
- - e) Colaborar na elaboração da prestação de contas do Município e na sua remessa ao Tribunal de Contas; -----
- - f) Assegurar a realização das operações necessárias para a elaboração do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; -----
- - g) Assegurar a contratação dos seguros de bens móveis e imóveis e de responsabilidade civil; -----
- - h) Colaborar na inscrição, nas matrizes prediais e na Conservatória do Registo Predial dos bens imobiliários do município; -----
- - i) Assegurar a execução de todas as tarefas que se inserem no domínio dos licenciamentos diversos e metrologia; -----
- - j) Assegurar a execução de todas as tarefas que se inserem no domínio da Secção de Aprovisionamento; -----
- - k) Desenvolver quaisquer outras tarefas e funções que no âmbito da sua atividade lhe sejam superiormente determinadas. -----
- - Unidade de Obras e Acessibilidades (UOA) com as seguintes competências: -----
- - a) No domínio das Obras Municipais: -----
- - 1) Elaborar os projetos de infraestruturas de iniciativa municipal; -----
- - 2) Inspeccionar periodicamente as estradas, obras de arte e caminhos municipais e executar os respetivos trabalhos de pavimentação e conservação; -----
- - 3) Coordenar a elaboração dos processos de concurso de empreitadas ou concessão de obras públicas; -----
- - 4) Acompanhar técnica e administrativamente o andamento das obras realizadas por empreitada ou concessão, exercendo um permanente controlo físico e financeiro; -----
- - 5) Assegurar a execução e gestão das obras realizadas por administração direta, controlando custos e prazos; -----
- - 6) Assegurar a construção e reparação de edifícios e instalações; -----



- - 7) Atualizar a tabela de preços unitários correntes dos materiais de construção e mão-de-obra. -----
- - b) No domínio dos Equipamentos: -----
- - 1) Acompanhar a evolução do parque automóvel e, em colaboração com a Serviço de Gestão Patrimonial, propor medidas tendentes à sua eficiência e eficácia; -----
- - 2) Garantir a operacionalidade do parque auto através da implementação de uma política de manutenção preventiva adequada; -----
- - 3) Apresentar propostas de aquisição e/ou abate de máquinas, viaturas e outros equipamentos; -----
- - Unidade de Ambiente, Águas, Saneamento e Sanidade Animal (UAASSA) com as seguintes competências: -----
- - a) Assegurar o planeamento, a implementação e a gestão dos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; -----
- - b) Efetuar estudos relativos à racional exploração dos serviços e conservação das redes, visando o melhoramento e a redução dos custos de exploração; -----
- - c) Assegurar e zelar pelo cumprimento dos regulamentos municipais do abastecimento de água e drenagem de águas residuais, bem como, elaborar e apresentar as propostas de atualização e revisão; -----
- - d) Assegurar a atualização sistemática dos cadastros gerais e parciais da rede de águas e dos sistemas de drenagem de águas residuais; -----
- - e) Assegurar o cumprimento do programa de recolha de amostras de água para análise físico-químicas e bacteriológicas e o estabelecimento das medidas de correção que se imponham adotar;-----
- - f) Coordenar e executar todas as tarefas relacionadas com o fornecimento de água aos munícipes; -----
- - g) Apreciar as telas finais de projetos de infraestruturas de abastecimento de água e participar nas receções provisórias e definitivas de obras municipais ou promovidas no âmbito de loteamentos privados;
- - h) Assegurar a execução de pequenas ampliações e correções de redes; -----
- - i) Assegurar a execução de ramais de ligação; -----
- - j) Fiscalizar a adequação das redes prediais de água e drenagem de águas residuais às respetivas redes públicas; -----
- - k) Coordenar as atividades de higiene urbana quer do domínio público, quer das instalações municipais, assim como a recolha, transporte e destino final dos resíduos sólidos urbanos; -----
- - l) Superintender e administrar os parques e jardins municipais e fomentar a criação de zonas verdes e de lazer; -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026



- - m) Administrar os cemitérios municipais; -----
- - n) Fiscalizar e superintender em tudo o que se refira às atividades dos mercados e feiras municipais; -----
- - o) Colaborar e participar nas ações desenvolvidas por outras entidades que se insiram na valorização e defesa do meio ambiente ou da qualidade de vida. -----
- - Unidade de Gestão Urbanística (UGU) com as seguintes competências: -----
- - a) Promover modelos de atuação, gestão, planeamento e ordenamento do território; -
- - b) Acompanhar e apoiar as negociações e instruir os processos visando a obtenção de estudos de desenvolvimento integrado ao nível da política de gestão e ordenamento do território; -----
- - c) Promover os estudos necessários à elaboração, aprovação e revisão do Plano Diretor Municipal e outros instrumentos de gestão e ordenamento do território; -----
- - d) Propor novas técnicas e métodos de planificação e ordenamento do território, bem como, a adoção de critérios gerais destinados a orientar a preparação de todas as decisões no domínio do planeamento urbanístico; -----
- - e) Implementar e zelar pelo cumprimento de todos os instrumentos de gestão e ordenamento do território; -----
- - f) Instruir os processos e executar as tarefas de gestão e renovação urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções que permitam aos órgãos municipais exercer os seus poderes no âmbito da gestão urbanística, aprovação de operações de loteamento e de autorização ou licenciamento de obras; -----
- - g) Emitir pareceres sobre pedidos de viabilidade, projetos de urbanização e edificação; -----
- - h) Compatibilizar o licenciamento de construções particulares com os planos municipais de ordenamento do território em vigor. -----
- - Ponto n.º 3.2 – A implementação da estrutura orgânica será efetuada de forma faseada de acordo com as necessidades, assim como, o recrutamento dos respetivos dirigentes intermédios de 3.º grau ou inferior. Para efeitos do n.º 3 do art.º 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, são definidas as competências, área e requisitos do recrutamento dos seguintes dirigentes intermédios de 3.º grau ou inferior: -----
- - Competências: -----
- - Ao chefe da URH, para além das competências específicas dos titulares de cargos de direção, compete: -----
- - a) Coadjuvar o chefe da DFRH, bem como, coordenar as atividades e gerir os recursos da unidade orgânica; -----
- - b) Promover reuniões de coordenação da unidade; -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026



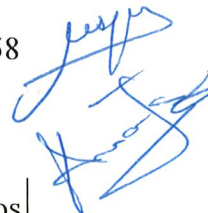
- - c) Exercer as competências que lhe forem delegadas ou subdelegadas nos termos da lei; -----
- - d) Preparar o expediente e as informações necessárias para deliberação da câmara, ou despacho dos membros do órgão; -----
- - e) Submeter a despacho dos membros do executivo os assuntos da sua competência;
- - f) Assinar a correspondência que tenha sido delegada ou subdelegada; -----
- - g) Certificar, mediante despacho, atos e factos relacionados com a atividade da unidade e que constem de documentos em seu poder; -----
- - h) Propor formas organizativas que rentabilizem o funcionamento dos serviços; -----
- - i) Desenvolver quaisquer outras tarefas que no âmbito da sua atividade lhe sejam superiormente determinadas. -----
- - Ao chefe da UAASSA, para além das competências específicas dos titulares de cargos de direção, compete: -----
- - a) Coadjuvar o chefe da DOAQV, bem como, coordenar as atividades e gerir os recursos da unidade orgânica; -----
- - b) Promover reuniões de coordenação da unidade; -----
- - c) Exercer as competências que lhe forem delegadas ou subdelegadas nos termos da lei; -----
- - d) Preparar o expediente e as informações necessárias para deliberação da câmara, ou despacho dos membros do órgão; -----
- - e) Submeter a despacho dos membros do executivo os assuntos da sua competência;
- - f) Assinar a correspondência que tenha sido delegada ou subdelegada; -----
- - g) Certificar, mediante despacho, atos e factos relacionados com a atividade da unidade e que constem de documentos em seu poder; -----
- - h) Propor formas organizativas que rentabilizem o funcionamento dos serviços; -----
- - i) Desenvolver quaisquer outras tarefas que no âmbito da sua atividade lhe sejam superiormente determinadas. -----
- - Área de recrutamento: de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado; -----
- - Requisitos de recrutamento: de entre trabalhadores que possuam competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção e que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos: -----
- - a. Habilitações: -----
- - Chefe da URH: Licenciatura em Administração Pública e Autárquica; -----
- - Chefe da UAASSA: Licenciatura em Engenharia do Ambiente. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

- - b. Período de experiência profissional: 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a habilitação de licenciatura. -----
- - Remuneração: a remuneração do titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau ou inferior corresponderá à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. ---
- - Ponto n.º 4 - Nos termos da alínea d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, definir em doze o número máximo de subunidades orgânicas; -----
- - Ponto n.º 5 - Nos termos da alínea f) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, submeter à Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos definir no máximo uma equipa de projeto; -----
- - Ponto n.º 6 - Nos termos do n.º 3 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprovar o projeto de Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Arruda dos Vinhos, em anexo, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Declaração de voto - Iniciativa Liberal -----

- - “Os Deputados da Iniciativa Liberal valorizam todas as iniciativas que visem analisar e rever a organização interna dos serviços municipais com o objetivo de os tornar mais eficazes, mais eficientes e mais orientados para o cidadão. Rever estruturas pode, e deve, ser um exercício saudável de melhoria contínua. -----
- - Contudo, não nos foram apresentados relatórios de avaliação, diagnósticos técnicos ou indicadores concretos que sustentem a necessidade e o impacto esperado desta alteração organizacional. Não conhecemos os resultados da análise que terá conduzido a esta decisão interna. E, sem dados, métricas ou evidência comparativa, não podemos afirmar com segurança que esta mudança produzirá efeitos positivos, nem aferir se responde às reais ineficiências existentes.-----
- - O nosso voto a favor não é um voto cego! É um voto de confiança responsável. Permitimos que o Executivo avance com a implementação da nova organização, esperando que dela resultem melhorias mensuráveis. E deixamos desde já claro que estaremos disponíveis para, em momento oportuno, promover um debate nesta Assembleia com base em resultados concretos, sempre com foco na melhoria dos serviços prestados à população.-----
- - Importa também sublinhar um ponto essencial: reorganizar serviços não é apenas deslocar pessoas ou criar novas posições orgânicas. A experiência em gestão demonstra que alterações de recursos humanos ou novas contratações, quando não precedidas de uma análise rigorosa dos processos, podem gerar aquilo que se designa por “efeito cobra” — medidas que aparentam resolver um problema, mas que acabam por criar



distorções adicionais e novas ineficiências. A verdadeira eficácia dos serviços públicos começa sempre na avaliação objetiva dos processos, na medição de desempenho e na identificação clara de constrangimentos. Quando não existem indicadores, relatórios de avaliação ou métricas comparativas, a questão que se impõe é simples: com base em que evidência se decide mudar? Sem dados, não há gestão — há apenas intenção. -----

- - Deixamos, por isso, o repto ao Executivo: ponderar a realização de uma avaliação externa e independente dos processos municipais poderá constituir um investimento altamente proveitoso para aumentar a eficiência, reduzir desperdícios e melhorar o serviço ao munícipe. Essa avaliação permitiria igualmente reforçar a transparência institucional, dotando também esta Assembleia de melhores instrumentos para acompanhar, escutinar e compreender a ação do Executivo. Só com informação clara e mensurável poderemos todos — Executivo e Deputados — contribuir de forma responsável para a melhoria contínua dos serviços municipais. -----

- - E é com este espírito construtivo, exigente e orientado para resultados que justificamos o nosso voto.” -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Continuação da sessão -----

- - Uma vez que se está a aproximar a meia-noite e meia, a Presidente da Assembleia Municipal, solicitou autorização ao plenário para se poder continuar a sessão. -----

- - Uma vez que ninguém se opôs, a Presidente da Assembleia referiu que se iria fazer um intervalo de dez minutos, e depois iria se continuar os trabalhos. -----

PONTO N.º 8 - 1.ª ALTERAÇÃO MAPA DE PESSOAL DE 2026 (ANEXO 1) -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve apresentação sobre o ponto -----

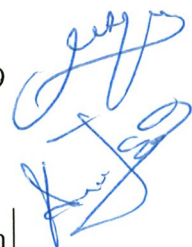
INTERVENÇÃO DA DEPUTADA ANA CRISTINA PINTO -----

- - “Esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal surge como uma consequência natural e necessária da reorganização dos serviços municipais, assegurando a coerência entre a estrutura aprovada e os recursos humanos que a suportam. -----

- - Em primeiro lugar, trata-se de uma medida de rigor e responsabilidade, que permite ajustar o mapa de pessoal à nova organização dos serviços, garantindo que cada unidade dispõe dos meios adequados para cumprir as suas funções. -----

- - Em segundo lugar, esta atualização reflete uma gestão dinâmica e realista dos recursos humanos, tendo em conta entradas, saídas e mobilidades ocorridas, assegurando que os postos de trabalho correspondem às necessidades efetivas dos serviços e do Município. -----

- - Importa também sublinhar que esta proposta promove uma maior eficiência e melhor afetação das trabalhadoras e dos trabalhadores, reforçando áreas estratégicas e ajustando



os postos de trabalho às novas unidades orgânicas criadas, contribuindo para um funcionamento mais eficaz da Câmara Municipal. -----

- - Por fim, esta alteração demonstra uma gestão responsável, transparente e alinhada com o interesse público, garantindo que o Município dispõe de uma estrutura de pessoal adequada, sustentável e orientada para a qualidade do serviço prestado à população. ----

- - Em suma, esta é uma proposta técnica, necessária e coerente com a reorganização dos serviços, que contribui para reforçar a capacidade de resposta do Município, merecendo o nosso voto favorável.” -----

Deliberação-----

- - Foi deliberado por maioria, com a abstenção da bancada Juntos por Arruda, aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2026- Anexo 1. -----

PONTO N.º 9 - APROVAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE ARRANHÓ-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA-----

- - Uma vez que os pontos nove, dez, onze e doze, são idênticos, a Presidente da Assembleia solicitou autorização ao plenário para o Presidente da Câmara os explicar em conjunto e depois fazer-se a votação em separado, o que foi aceite pelo plenário. ----

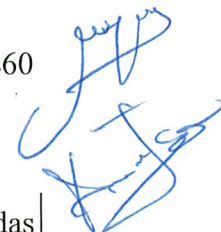
INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que estes quatro pontos, já foram discutidos aquando do orçamento, mas fazendo uma síntese, estes aditamentos têm todos uma natureza idêntica relativamente àquilo que são os critérios que já foram identificados por si, e têm a ver com as questões relacionadas com os aumentos de valores de inertes e de gasóleo, um acréscimo em termos de transferências para fardamentos e depois todas as questões relacionadas com maquinaria, porque algumas juntas têm máquinas que tem exigências do ponto de vista de reparação e de manutenção e que, com este aditamento, fica mencionado que essas medições sejam feitas por conta do município, que era algo que já se praticava, mas que agora também ficam registadas do ponto de vista deste aditamento. -----

- - Depois, também está registado, todas aquelas situações, que também já foram faladas, em relação aos recursos humanos com um reforço dessas verbas para fazer, ou contratação pública, ou contratação direta ou em termos de outsourcing. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA RITA NUNES-----

- - “Em primeiro lugar queremos congratular este aumento da dotação financeira, mas vamos obviamente continuar a pressionar para que o caminho seja cada vez mais esta descentralização de competências para aqueles que são a primeira linha de contacto com a população que são as Juntas de Freguesia. -----



- - Nesse sentido a nossa primeira recomendação vai para a Junta de Freguesia das Cardosas, em que a sua Presidente disse, na última assembleia de freguesia no dia onze de fevereiro, que seria importante ter mais um assistente operacional, uma vez que há uma funcionária que está com muitas vezes de baixa e outros tem limitações à função, porque não tem carta de condução. Assim, deixamos aqui a nossa recomendação. Obrigada por cada vez mais pensarem em fazer mais descentralização de competências para as Juntas de Freguesia".-----

Deliberação-----

- - Foi deliberado por unanimidade, autorizar o aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Arranhó, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta.-----

PONTO N.º 10 - APROVAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE ARRUDA DOS VINHOS-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro.-----

- - Foi deliberado por unanimidade, autorizar o aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Arruda dos Vinhos, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta.-----

PONTO N.º 11 - APROVAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE CARDOSAS----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro.-----

- - Foi deliberado por unanimidade, autorizar o aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de Cardosas, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta.-----

PONTO 12 - APROVAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 23 de fevereiro.-----

- - Foi deliberado por unanimidade, autorizar o aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Arruda dos Vinhos e a Freguesia de S. Tiago dos Velhos, junta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta.-----

Documentos para conhecimento-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos
Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2025, no âmbito da LCPA -----

- - Presente Informação Interna do Chefe da DFRH, datada de 21 de janeiro -----

Eleição do Presidente da CCDR-LVT -----

- - Presente a ata da eleição do Presidente da CCDR-LVT -----

Aprovação da minuta da ata -----

- - Nos termos do disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou em minuta todas as deliberações integradas na Ordem do Dia a qual foi assinada por quem a presidiu e secretariou. -----

Encerramento -----

- - Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão eram, zero horas e quarenta minutos do dia seguinte, para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa, Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro e pela Coordenadora Técnica, Ana Isabel Amorim Mendes, que redigiu e subscreveu. -----

